

-----Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de dezembro. -----

-----Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois (terça-feira) pelas quinze horas e trinta minutos, teve lugar no Salão Nobre do Município de Pedrógão Grande, a sessão ordinária, com a seguinte ordem do dia: -----

Ordem do Dia:

1. **Período antes da Ordem do Dia** -----
 - 1.1.-Leitura, discussão e aprovação da Ata da sessão anterior. -----
 - 1.2.-Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente. -----
 - 1.3.-Apreciação por qualquer Membro de assuntos de interesse local. -----
2. **Apreciação da informação escrita do Exmº Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) nº 2, art.º 25º -Lei nº 75/2013 de 12 setembro.** -----
3. **Intervenções dos Presidentes das Juntas de Freguesias.** -----
4. **Propostas da Câmara Municipal:** -----
 - 4.1.- Apresentação, apreciação e votação das propostas **Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande:** -----
 - 4.1.1.-Processo n.º 2021/850.10.002.01/7-----
 - 4.1.2.-Processo n.º 2022/850.10.002.01/9-----
 - 4.1.3.-Processo n.º 2021/850.10.002.01/12-----
 - 4.1.4.-Processo n.º 2022/850.10.002.01/7-----
 - 4.1.5.-Processo n.º 2022/850.10.002.01/2-----
 - 4.1.6.-Processo n.º 2021/850.10.002.01/13-----
 - 4.2.- Apresentação, discussão e votação da proposta de **“Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade e à Infância”**. -----
 - 4.3.- Apresentação, discussão e votação da proposta - **“Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) aplicar em 2023”** -----
 - 4.4.- Apresentação, discussão e votação da proposta - **“Lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2023”** -----
 - 4.5.- Apresentação, discussão e votação da proposta – **“Participação variável do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)-Ano 2023”**. -----
 - 4.6.- Apresentação, discussão e votação da proposta – **“Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2023”**. -----
 - 4.7.- **“Situação Económica e Financeira do Município de Pedrógão Grande”**, dados referentes ao 1º Semestre de 2022, para conhecimento. -----
 - 4.8.- Apresentação, discussão e votação da proposta do **“Mapa de Pessoal para o ano de 2023”**. -----
 - 4.9.- Apresentação, discussão e votação da proposta dos **“Documentos Previsionais 2023- Grandes Opções do Plano 2023/2027, Normas de Execução Orçamental para 2023 e Emissão de Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais 2023”**. -----
 - 4.10.- **“ANACOM- Implementação de redes públicas de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada nas “Áreas Brancas”** - conhecimento e tomada de posição. -----
 - 4.11.- **“Tomada de posição do Município de Pedrógão Grande - Criação de Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, nos termos do artigo 35º, nº3 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro”**. -----

5.- Intervenção do Público. -----

-----Os Membros da Assembleia Municipal registaram as suas presenças no respetivo “Livro de Ponto”. -
-----O Presidente da Assembleia Municipal senhor **Dr. Raúl José Piedade Baptista Garcia**, informou estarem a faltar justificadamente Membros da Assembleia Municipal, nomeadamente os senhores Dr. **António José Figueira Domingues**, por motivo de doença, o senhor Professor **António Conceição Henriques David**, por motivo de falecimento de familiar. Os mesmos não se fizeram substituir. -----

----Seguidamente referiu que o senhor Dr. **Ulisses Quevedo Lourenço dos Santos**, apresentou o seu pedido de **renúncia de mandato**, tendo sido substituído pelo senhor Eng.º **Luís Miguel Pereira Crespo**. -----

----Ainda justificaram as suas ausências os seguintes membros: senhor Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, tendo sido substituído por Dr.ª **Mafalda Inês David Coelho**; senhor **Américo Augusto da Fonseca Rocha** e Dr.ª **Susana Alexandra Dias José**, substituídos respetivamente pelos Membros senhores Dr.ª **Maria Teresa Denis da Silva** e Dr. **Ricardo Batista Sequeira Nunes**. -----

----A mesa da Assembleia Municipal é constituída pelos senhores: Dr. **Raul José Piedade Baptista Garcia** **Presidente da Assembleia Municipal** que presidiu à sessão, sendo secretariado pelo membro da Assembleia Municipal, Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, como **Primeiro Secretário** e pelo membro da Assembleia Municipal senhora Dr.ª **Nélia Maria Henriques Alves**, como **Segunda-Secretária**. -----

----A Câmara Municipal esteve representada pelos Presidente Dr. **António José Ferreira Lopes**; Vice-presidente Dr. **Luís Filipe Jesus Correia**; Vereadores senhora Eng.ª **Dora Cristina Antunes Santos Rodrigues** e a senhora Dr.ª Maria Luísa Silva. -----

-----Confirmada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal **Dr. Raúl José Piedade Baptista Garcia**, deu início à **sessão ordinária** da Assembleia Municipal. -----

-----Informou de seguida a necessidade de alterar a Ordem do Dia, inserindo dois pontos: o 4.10.- **“ANACOM- Implementação de redes públicas de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada nas “Áreas Brancas”**, colocando a votação, foi **aprovada por unanimidade** a sua inclusão na Ordem do Dia; o 4.11.- **“Tomada de posição do Município de Pedrógão Grande - Criação de Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, nos termos do artigo 35º, nº3 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro”**, de igual modo colocou a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade** a sua inclusão na Ordem do Dia. -----

-----Ponto um- **“Período antes da Ordem do Dia”** -----

-----1.1.- **Leitura, discussão e aprovação da Ata da sessão anterior.** -----

-----Usando a palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, começou por questionar se todos os membros da Assembleia Municipal, tinham rececionado a ata nº **8 de 30 de setembro** e se pretendiam a leitura da mesma em voz alta, ou se tinham algo a acrescentar. -----

----Seguidamente colocou a votação a **ata número oito** de trinta de setembro de dois mil e vinte e dois e deste modo foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, prosseguiu com os trabalhos e em relação ao ponto 1.2.- **“Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente”**, referiu que a correspondência foi remetida aos membros da Assembleia Municipal por correio eletrónico, sendo a mais relevante a renúncia do sr. Dr. Ulisses Quevedo. -----

-----1.3.- **Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local.** -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Mafalda Coelho**, começou a sua intervenção cumprimentando a Mesa da Assembleia, na pessoa do Sr. Presidente e restantes Membros, ainda o Executivo

Municipal, na pessoa do Sr. Presidente e Vereadores. Saudar também todos os funcionários e público em geral. -----

-----Disse pretender saudar primeiramente o Executivo pelo excelente trabalho realizado este ano nas decorações de Natal e subsequente luminária e que deste modo vieram alegrar e, mais uma vez, fomentar o espírito natalício na comunidade pedroguense. Parabenizou de seguida a nova dinâmica implementada no Jardim da Devesa, com a “dinossauro-mania que se veio instalar”! -----

-----Prosseguiu e referiu que de facto, foi um ano exigente, mas o setor da cultura do Município tem continuamente trazido novas dinâmicas e atividades, que em muito beneficiam o nosso concelho. Salientou que para “fechar com chave de ouro”, teremos pela primeira vez uma Passagem de Ano a celebrar na Devesa, que acredita será um sucesso certamente. -----

-----Referiu que gostaria de questionar o Executivo sobre as principais medidas e opções estratégicas destinadas à juventude no próximo ano de 2023. Qual o ponto de situação do Conselho Municipal da Juventude. Considerou a necessidade que se deveria voltar a inserir em debate a mesma; e da constituição de novas dinâmicas como Assembleias Municipais Jovens; ou Planos de Ocupação de Tempos Livres para jovens, sendo o caso de muito municípios, onde se integram jovens dos 14 aos 18 anos nos serviços municipais durante os meses de Verão, procurando consciencializá-los da importância da atividade administrativa local. Referiu poder disponibilizar alguns regulamentos a este órgão, sublinhando, em concreto, o caso do Município de Elvas, considerando-o e destacando-o com um bom exemplo de políticas de e para os jovens. -----

-----Colocou outra questão nomeadamente qual o ponto de situação do “Restaurante Lago Verde” e “Bar da Piscina”. Ainda, qual o ponto de situação da “Revista Municipal”, lembrando que também este mesmo programa de ocupação de tempos livres, poderia ser mobilizado para a mesma, procurando assim e em sua opinião, obter um contributo e visão mais jovial. -----

-----Quanto à reabilitação urbana, questionou qual será a estratégia/plano previsto para a Zona do Antigo Hospital, junto ao Centro de Saúde, referindo, pois, ser aquele um edifício importante, com relevância histórica, e cuja qualificação do edificado e área envolvente poderiam resultar em claros benefícios, nomeadamente numa maior harmonia da gestão urbanística da vila. Salientou haver um claro uso cultural e social, que se poderá assim se retirar do mesmo. -----

-----A terminar a sua intervenção colocou à Mesa da Assembleia Municipal, uma questão relacionada com uma eventual alteração da Ordem de Trabalhos, procurando deste modo realocar o ponto de “Intervenção do Público”, de modo a garantir uma maior participação e proximidade deste Órgão aos Municípios Pedroguenses. Considerou ser difícil potenciar uma maior intervenção dos mesmos, quando as sessões deste Órgão se vão prolongando cada vez mais e ainda que no Regimento da Assembleia Municipal no seu art.º 15.º na secção III, destinado à “Organização do Trabalho” somente refere no número um, que há um “período antes da Ordem do Dia”, um período da “Ordem do Dia”, e um período de “Intervenção do Público”. E, no seu art.º 18.º, que se destina a regulamentar o período de “Intervenção do Público”, não havendo referência qualquer que a mesma se terá de realizar no fim dos trabalhos. Assim, pelo referido deixou esta sugestão à consideração do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Ricardo Simões**, iniciou a sua intervenção começando por cumprimentar todos os presentes nomeadamente a Mesa da Assembleia, na pessoa do Sr. Presidente e restantes Membros; o Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Presidente e Vereadores; todos os presentes, funcionários e público em geral. -----

-----Teceu algumas considerações relativamente a matérias já faladas anteriormente, no entanto questionou qual o ponto de situação relativamente ao “Restaurante Lago Verde”. Prosseguiu e disse ter dúvidas em relação à reestruturação e requalificação da zona da albufeira, ao Bar das Piscinas, sendo uma preocupação o estado de degradação deste último. -----

-----Congratulou o executivo pela iluminação de Natal, estar esta, este ano mais graciosa. Lamentando, no entanto, que cerca da meia-noite deixou de funcionar e especialmente por ser na noite de Natal. -----

-----Referiu ainda o estado de degradação do parque de diversões, os passeios. -----

-----Relativamente ao Parque Empresarial vem questionar o executivo, de qual o ponto de situação, dado terem passados três meses, relativamente ao concurso público e demais matéria relacionada com o mesmo.

-----Prosseguiu e dissertou sobre a saúde, questionando qual o ponto de situação, esperando que esta matéria tenha um fim positivo para Pedrógão Grande. Considerou ainda ser um problema a nível nacional, situações transversais, que se repercutem à vários anos, no entanto referiu procurar-se soluções inclusivamente com outros concelhos vizinhos, fazendo chegar ao poder central as preocupações. -----

-----Se há efetivamente uma preocupação com a fixação da população, qual é o planeamento das implementações das telecomunicações de última geração e ainda em relação a esta implementação quais são as estratégias que estão a ser desenvolvidas. Acrescentou ainda que Pedrogão Grande está efetivamente a perder população, passando estas preocupações pelo setor da industria e planos capazes de implementar incentivos inclusivamente junto da juventude. Referiu ainda a criação de “capacidades” em termos de comércio local e qual o ponto estratégico para o que existe, pois vê estabelecimentos comerciais que não tem condições para subsistir. -----

-----Outra preocupação é relacionada com os edifícios municipais pois em sua opinião alguns precisam de intervenção e se já foi pensado em alguma estratégia para esse problema. -----

-----O último ponto tem a ver com a Petroensino/ETPZP, viu a sua candidatura aos Centros Tecnológicos Especializados (CTE) aprovado. Referiu ainda tratar-se do único CTE aprovado na área das energias renováveis, em 311 candidatos e com excelente pontuação, nesta área na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), (foi um dos 104 projetos aprovados). Mais informou, a que se enquadra na estratégia nacional, conforme comunicado publicamente pelo Senhor primeiro-ministro, António Costa e que se enquadra na estratégia da Escola e na sua atuação no território. Salientou ainda esta aprovação significar “reequipar e robustecer” as suas infraestruturas tecnológicas pela “instalação e modernização de espaços físicos e equipamentos” aumentando “a sua capacidade instalada com a oferta de cursos profissionais,” segundo os objetivos traçados da candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Questionou deste modo qual a posição do executivo em relação a esta matéria e dar a devida atribuição e mérito à Petroensino, pois deste modo e em sua opinião ser sem dúvida uma mais valia para o concelho. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **José Miguel Barão**, começou a sua intervenção por cumprimentar respeitosamente todos os presentes, aproveitando para desejar a todos e respetivas famílias a continuação de Boas Festas. -----

-----Começou por referir que abordará seis assuntos de interesse local, mas antes uma palavra prévia para felicitar e elogiar o Município de Pedrógão Grande, pela capacidade de iniciativa que tem demonstrado nos últimos meses, marcando a agenda com um conjunto de iniciativas na área recreativa, cultural, associativa e social, como são exemplos: o festival gastronómico do Bucho Recheado, os passeios micológicos, as comemorações/debate do aniversário da Restauração da Independência, as celebrações do Natal e Passagem de Ano, em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia e com as Instituições no terreno, o que saúda. -----

Assim e em relação aos assuntos de interesse local, pretendeu abordar os seguintes: -----

-----Igreja Matriz de Pedrógão Grande, de acordo com a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal as obras estão concluídas. Questionou qual a data prevista para a reabertura da Igreja Matriz. Questionou se está prevista a requalificação do muro que circunda aquela e se está igualmente prevista a requalificação do espaço ajardinado lateral ao monumento, virado para os Correios, e que poderia ser um espaço/miradouro de contemplação das procissões da Semana Santa; -----

-----Em relação às Avenidas Bissaia Barreto, Francisco Sá Carneiro e Comendador Manuel Nunes Correia, que ligam o Centro de Saúde ao Jardim do Fundo da Vila, atendendo à sinalização horizontal das mesmas, pareceu-lhe que estas avenidas estão a necessitar de uma remarcação/pintura do seu traçado e nomeadamente das passadeiras. Torna-se ainda mais evidente por contrastarem com a requalificação de que foi objeto a Avenida Comendadora Maria Eva Nunes Correia. -----

-----Prosseguiu e referiu-se a duas estradas que antes de existir o IC8 e a Variante a Vila Facaia, eram as principais portas de acesso aos concelhos vizinhos de Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos,

nomeadamente a estrada que liga a Derreada ao limite do concelho com Castanheira, e a estrada que faz a ligação da Soalheira na freguesia da Graça ao limite do concelho com Figueiró, por terem menos movimento estão um pouco esquecidas, mas considerou ser importante cuidar da limpeza das suas bermas, das faixas de gestão de combustível e da limpeza da vegetação que se aproxima bastante da faixa de rodagem; -----

----Em relação ao Monumento ao Feirante na Avenida Francisco Sá Carneiro, inaugurado em 2009, disse ser necessário proceder ao seu restauro, ou pintura;-----

----Ainda o Monumento ao Resineiro na Avenida Comendadora Maria Eva Nunes Correia, após as obras de requalificação na avenida, o monumento ficou descentrado na rotunda, colocado a um canto da mesma, e o interior da própria rotunda necessita ser requalificado; -----

----A terminar referiu-se ao Caminho da Avenida Sá Carneiro para a Fonte dos Namorados e disse ter ponderado a apresentação deste assunto, no entanto decidiu trazê-lo por três motivos: trata-se do início de um percurso pedestre; é o caminho de acesso a uma infraestrutura/ monumento de interesse público local; e por último não conhecer mais nenhum local, em que a serventia pública de acesso à garagem de munícipes seja feita em terra batida e durante grande parte do ano cheia de ervas. É premente a intervenção neste espaço público, propondo a requalificação deste caminho, com uma calçada, semelhante à intervenção feita entre o Jardim dos Aromas, o antigo Pavilhão Gimnodesportivo, e o Museu Pedro Cruz. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Eng.º **Luís Crespo**, começou por cumprimentar todos os presentes. -----

-----"Disse que pelo edital recentemente publicado verificou-se que contrariamente ao que foi dito na reunião desta Assembleia de 30 de junho de 2022, a adaptação do PDM não se efetivou nos 7 meses previstos. Confirmando-se assim todos os seus alertas, nesta Assembleia". -----

----Questionou o Sr. Presidente de "qual o ponto de situação deste procedimento de adaptação tendo em conta que a Conferência Procedimental, e se já terá acontecido". -----

-----Referiu que "um partido político local realizou um magusto em parceria com a Casa da Cultura e Recreio de Vila Facaia, pelo que questionou o Sr. Presidente, se este tipo de atividades é compatível com eventuais subsídios Camarários, à atividade dessa Associação". -----

----Questionou ainda, "qual a necessidade de contratação de um técnico florestal, por 13 meses". -----

----Prosseguiu e disse "continuar-se a ver gralhas graves, nos contratos outorgados pelo município, como é o caso do contrato de apoio jurídico, publicado no passado dia 10 de outubro. Nesse contrato lia-se que era de apoio jurídico na aquisição de um autocarro, mas agora é para apoio jurídico geral do Município. "Que trapalhada é esta? sobretudo quando vemos que este advogado já tem outros contratos com o Município e é o representante legal do Município na gerência da Escola Tecnológica?" -----

----Disse ainda que "foram feitos vários alertas para a necessidade de realizar um muro de sustentação de terras na rampa da barragem. Questionou de seguida porque não foi realizada esta obra de fácil execução antes da subida das águas da barragem, levando certamente a trabalhos e custos acrescidos futuramente". -----

----Em relação ao "pontão do Outão, referiu que "continua sem ver a luz do dia, e por estes dias a chuva que tem ocorrido provavelmente alterou as condições do local". Em sua opinião disse que o projeto no mínimo terá de ser revisto, a par disso cada dia que passa maior será o custo, questionou ainda, para quando a realização desta obra". -----

----Outra questão e "em relação ao Contrato Programa do FEM, questionou se ainda se encontra em execução e em caso afirmativo se inclui a revisão de preços, das obras adjudicadas". -----

----"A aquisição de madeira para exterior destinada ao Jardim dos Vimieiros e para o Jardim da Devesa, para que trabalhos se refere". -----

----Dissertou sobre "a iluminação de Natal, ter um custo de 37.850,00€ (trinta e sete mil, oitocentos e cinquenta mil euros) mais Iva e ser este valor três vezes mais do que o Município pagou à mesma empresa no ano transato. Acrescentou que "este valor não contempla as duas outras freguesias do Concelho, como se a fronteira do concelho fosse a Ribeira de Pera"". -----

-----Ainda sobre esta matéria disse que se verificou também, que o “Município nem sempre acatou as orientações de desligar à meia-noite esta iluminação. Sabendo-se que esta medida foi seguida pela maioria dos Municípios e teve uma grande anuência dos seus Municípios”. -----

-----Referiu que a par deste gasto, “temos uma exposição de dinossauros que constou pelo menos 11 000,00€ (onze mil euros) mais Iva, que nada tem a ver com a época natalícia”. “Será que o concelho da Lourinhã irá retribuir a promoção que o nosso Município lhe proporcionou?” -----

-----A terminar a sua intervenção, referiu ainda que “quando vimos o cartaz de Natal de um concelho vizinho, vemos que os custos são cofinanciados por fundos europeus. Nós por cá imputamos esses custos aos nossos municípios, se calhar porque nos esquecemos de programar e planificar com antecedência”. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Capitão**, de igual modo cumprimentou todos os presentes, desejando, pois, a todos votos de Boas Festas. -----

-----Começou por se referir com agrado à iluminação de Natal, felicitando o Executivo deste modo, pela mesma, bem como as diversas atividades natalícias, nomeadamente ter sido do seu agrado o Natal Jurássico. Em relação ao Natal Jurássico, salientou o mesmo ter trazido muitos visitantes ao nosso concelho, sem dúvida! Disse ainda que inclusivamente se notou esse aumento de visitantes tanto mais que em anos anteriores, com as atividades desta época. Prosseguiu e referiu que independentemente do que o Município da Lourinhã tenha a dizer, considerou ser em sua opinião, um valor de 11 mil euros, bem empregue! -----

-----Outro ponto positivo que salientou e teve conhecimento de ter havido algumas diligências nesse sentido, foi o de ser reavivada a Confraria do Bucho, bem como a existência desta Confraria. Considerou que o Executivo apesar de não ter essa obrigação direta, teve essa preocupação. Dissertou sobre a matéria referindo a mesma fornecer um produto diferenciado, ter nascido e crescido, e quando deveria ter tido apoio na momento chave, acabou por afundar no anterior executivo pelo ex-presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Prosseguiu referindo ter passado um ano de exercício de funções, considerando-o positivo. Referindo-se ao Órgão deliberativo mais concretamente, disse efetivamente que o apraz registar com agrado a melhoria em relação ao anterior mandato de um modo geral, salientando a qualidade das intervenções pelos Membros das bancadas, a democracia no funcionamento, dum modo geral mais positiva e produtiva. -----

-----Outra questão e referiu ter a ver com o espaço em redor do Restaurante Lago Verde, que em sua opinião tem que ser efetivamente regulamentado. Dissertou sobre a matéria referindo que um dos operadores no local, resolveu o ano passado requerer toda a potência de energia elétrica disponível para o local, não permitindo assim que os demais pudessem usufruir do espaço e desenvolver atividade. Lamentou por isso o facto, salientando ainda que deveria ser delimitado pela Autarquia. Que não se pode permitir que coloquem cordas, pois é um espaço público e que a Câmara só tem de mandar retirar aquelas ferros e cordas, que deveria atuar efetivamente, pois em sua opinião disse que” basta do tempo em que havia Pedrogueses de primeira e segunda”, é do conhecimento de todos, sendo que “perde o concelho”, sem dúvida. -----

-----Referiu com agrado a descentralização das reuniões de Câmara Municipal do Executivo, considerou ser um bom regresso a esse sistema, de modo a aproximar o poder político, neste caso a Câmara Municipal dos seus Municípios. -----

-----Questionou qual o ponto de situação em relação à Revista Municipal, pois revela transparência, mostrando-se o que se faz, e como se faz. -----

----- A terminar referiu o apoio á Natalidade, um dos pontos em discussão, o que considerou ser uma medida interessante. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr.^a **Nélia Alves**, começou por felicitar todos os presentes e desejar que 2023 seja um ano próspero, que traga muita saúde muitos turistas e investidores para Pedrógão Grande. -----

-----Considerou e em sua opinião que as ideias por vezes divergem, mas todos os Membros desta Assembleia Municipal têm o mesmo objetivo o progresso e desenvolvimento de Pedrógão Grande. -----

-----Referiu com agrado elogiando inclusivamente a tentativa do Executivo de trazer pessoas para Pedrogão Grande, sendo de igual modo esse objetivo, “o melhor para a nossa terra” seja a nível de eventos ou e ou investimentos. A promoção e divulgação da Confraria do Bucho de Pedrógão Grande é essencial, e ser-se

diferenciadores é positivo. Disse ainda concordar que o Natal Jurássico não seja o dito “normal”, mas considerou que a diferença é sem dúvida também positiva, pelo que felicitou o Executivo por esta iniciativa, mostrando inclusivamente o seu agrado por ver o Jardim da Devesa cheio de crianças, acompanhadas por adultos. -----

----Ainda sobre a matéria das festividades, felicitou também pela iluminação de Natal, que disse estar muito bonita, no entanto no próximo ano, deverá contemplar também as freguesias. -----

----A terminar a sua intervenção, referiu-se a uma matéria que disse ser-lhe “querida” e já referida por várias vezes, nomeadamente o site do Município. Ficou deveras satisfeita por este ter melhorado, tanto a nível de imagens, a informação está mais atualizada, questionando, pois, para quando o novo layout. -----

----Felicitou ainda o Executivo pelo troço concluído no Vale da Manta, “para nós Pedrogueses e para quem nos visita, ser um bom cartão de visita. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr.^a **Margarida Guedes**, começou a sua intervenção cumprimentando os presentes. -----

----Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse ser inteiramente do seu agrado receber todas as informações da ANAM por email. -----

----Continuou e disse não poder deixar de referir, Senhor Presidente, o facto lamentável do envio dos “Documentos Previsionais 2023” em cima do fim de semana natalício, quando os mesmos foram aprovados em reunião de Câmara Municipal há um mês. “Só me oferece deduzir a falta de consideração manifestada para com um Órgão superior deste Município, além da falta de honestidade política pela atitude”. -----

----Proseguiu e disse “querer saudá-lo pela brilhante iluminação natalícia da Vila, mas desapontada pelo enorme investimento sem qualquer retorno para o comércio local ou munícipes do concelho, pois não foi acompanhada de programa adequado á grandeza das luzes. Quanto á exposição de dinossauros, também de elevado montante, pena não ser realizado em época consentânea com o teor do tema. E só ter contribuído para dar visibilidade e publicidade ao concelho da Lourinhã, pois os bilhetes distribuídos com desconto de 2 euros assim o indicam”. -----

----Referiu que “Agora vou-me concentrar em assuntos porventura mais sérios”: -----

----Pelo que questionou “quantas reuniões de CLAS foram realizadas.” -----

----“E também com este tema, em que ponto do desenvolvimento se encontra o projeto CLDS de que a Câmara Municipal é promotora? Quando termina? Quanto paga o Município pela caducidade do mesmo? “- -----

----“Quanto ao concurso para atribuição do Bar das Piscinas, assim chamado, consta que o mesmo foi já atribuído a eventual concorrente. Pois Sr. Presidente, espero que seja somente boato, visto a ata que li sobre a abertura de propostas, o concorrente não ter cumprido uma das formalidades, relevante para o efeito, a apresentação da proposta de montante de renda a pagar, logo ficou e bem excluída. E, apesar de ser o único concorrente, o dispositivo legal mantém-se, logo impõem-se a abertura de novo procedimento, dado que o Sr. Presidente não tem poderes para mudar as regras gerais de um concurso e molda-lo com mero despacho. Meras suposições, Sr. Presidente, não podem beneficiar ou prejudicar o erário público e subverter a legalidade. Gostaria assim de saber o ponto da situação deste concurso”. -----

----“Também não posso deixar de questionar o Sr. Presidente, sobre a entrevista dada na TV canal 1, no dia 11 do corrente mês. Foi o Sr. que autorizou e supervisionou os termos da entrevista e das entrevistadas? Se foi lamento, se não foi, lamento na mesma. Colocar duas técnicas a fazer o papel político e mal, foi mais um triste exemplo deste concelho para o país. Diabolizar o eucalipto, quando a maioria dos pequenos proprietários vivem desse pequeno recurso, referir-se á floresta com grandes imprecisões e ainda denegrir o poder político por nada fazer, é muito triste, contudo, depois de se tentar denegrir a única Associação Florestal concelhia, que tentou ajudar a que o concelho tivesse um pequeno alento de ajuda na reflorestação, tudo se pode esperar do Gabinete Florestal Autárquico. Talvez por isso e porque o poder político não percebe o seu papel é que o novo projeto de reflorestação vai para o concelho próximo, onde o poder político o acarinhou e lhe deu valor. É assim que os proprietários deste concelho ficam a perder e muito”. -----

----A propósito de floresta da AIGP da Autarquia, gostaria que o Sr. Presidente me esclarecesse: Contemplou esta AIGP a concessão por arrendamento penso que há 30 anos, da zona de baldios do norte do concelho, á empresa Santos e Santos? É que a empresa tem por obrigação de contrato a implementação de diferentes

mosaicos florestais nesses hectares incluídos na vossa AIGP. Outra questão, tem a Câmara cobrado a respetiva renda a essa empresa? -----

-----"Sabendo que a concessão da Barragem do Cabril termina com a EDP no final deste mês ou já terminou, questiono o Sr. Presidente se já encetou com a tutela alguma conversação de mais valias para o concelho ou Município?" -----

-----"Também é do conhecimento público que o Sr. Presidente não pretende pagar á ETPZP a componente social para refeições dos alunos dos PALOP, argumentando não haver protocolo. Há sim sr. Presidente e foi elaborado pelo ex-Presidente do seu partido. Não quero crer, como entendia o ex-Presidente da Câmara que o Sr. pretende ver a ETPZP se ir desmoronando até ter de ser vendida ... A Câmara Municipal tem por dever cuidar , dentro dos termos que a legalidade lhe permite, das instituições do concelho. E esta, Sr. Presidente é por demais importante para se resumir ao não pagamento de poucos milhares de euros, somente um pouco mais que alguns passeios ou fogos de artifício". -----

-----"Sobre as benditas "obras de Mafra", que as ditas depressões provocaram, pergunto se a Proteção Civil ainda não as conseguiu tornar prioritárias, ou foram só os muros particulares dos prioritários? Ou será Sr. Presidente que a Proteção Civil anda tão desorientada, que o Sr. se vê obrigado a substituir a chefia? Já chega de enganar o povo. O Sr. já recebeu o dinheiro, já substituiu o empréstimo, já fez passar um verão precioso para obras e continua a verdadeira obra destruída sem sequer iniciar? Não venha Sr. Presidente daqui a dias, referir que afinal está pior e que precisa de mais tempo e dinheiro. Sim, deve estar pior, com tanta chuva, mas pelo menos os muros de muita gente estão bem e recomendam-se." -----

-----Por último fez referência aos lotes da ALE (Área de Localização Empresarial). "Qual a situação do resultado do aviso de abertura para propostas de aquisição." -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal **Dr. Raúl Garcia**, respondendo à Dr^a Mafalda Coelho disse que entregasse por escrito a proposta à funcionária que presta Apoio à Assembleia Municipal – Jacinta Paes, os documentos que fez menção na sua intervenção. Prosseguiu e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal que passasse a responder às questões colocadas pelos Membros da Assembleia Municipal. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal **Dr. António José Lopes**, começou por cumprimentar os presentes, agradecendo as questões colocadas, desejando votos de Boas Festas. -----

-----De seguida, agradeceu à Dr^a. Mafalda o elogio referente ao trabalho desenvolvido pelo Executivo e no que concerne a jovens disse ter-se uma política de apoio à juventude e incluir o "Orçamento Participativo", agradecer a sua proposta referente aos regulamentos, para os estudar e os integrar. Relativamente à juventude em 2023 haverá alguns apoios, sendo que serão agilizados os procedimentos. -----

-----Em relação ao antigo Hospital, disse estar previsto alocar vários museus, ("continuamos recetivos a essa ideia"), inclusivamente a Diretora Regional da Cultura está recetiva e foi identificada esta necessidade em documento próprio. -----

-----Em relação à matéria do Lago Verde, disse estar a ser preparado o Caderno de Encargos. -----

-----Quanto ao Bar da Piscina, informou ter havido um único concorrente, que fotocopiou a proposta e a deixou na Biblioteca. "Assumimos e aceitamos, pois era o único concorrente", tanto mais ter passado muito tempo fechado, "entendemos que ponderado, reunia as condições para aceitarmos". -----

-----Referindo-se à mencionada má conservação no jardim da Devesa, especialmente nos divertimentos das crianças, informou que têm sido feitos arranjos pontuais. -----

Em relação às falhas iluminação de Natal que tinham sido instituídas das 18H às 24H para economia elétrica, além disso disse também ter havido problemas nos quadros elétricos que dispararam. -----

-----O Parque Empresarial da ALE, já foi iniciado o procedimento, os candidatos já entregaram toda a documentação, o júri está a apreciar essas candidaturas, depois haverá o processo de hasta pública e apresentarão a candidaturas aos lotes. Neste momento ainda não se sabe, quais são os lotes que vão ser vendidos. Primeira ou segunda semana de Janeiro prevê-se a hasta pública. -----

-----O Programa Revitalização do Pinhal Interior, está há quatro ou cinco meses a reunir condições, para vir o Coordenador, ainda não há avisos de abertura para candidaturas ao PRPI. Disse ainda que se está a preparar

os projetos e logo que abram os avisos, a Autarquia faça a candidatura, no entanto, os avisos para candidaturas têm estado parados. -----

----Relativamente ao Centro de Saúde, dissertou sobre a matéria, lembrado que há três médicos, sendo que um está de baixa e os fins de semana estão assegurados por médicos que vêm preencher essas lacunas. Referiu a dificuldade de atrair outros médicos para o concelho, inclusivamente já fez o convite a médicos reformados e não aceitaram. Disse ainda estar previsto em orçamento um apoio à população, com a oferta de um cartão de Saúde Municipal. -----

----Em relação às comunicações sobre a 5G, assunto que será apresentado no ponto Fora da ordem do Dia. Ainda e na sequência da informação da Secretaria de Estado, abrir-se-á um concurso público internacional para o fornecimento de telecomunicações nas áreas brancas do país. Sobre esta matéria a ALTICE após reunião irá implementar esses serviços e mais informaram que estariam à espera destes desenvolvimentos da ANACOM, para considerar ou não. Ainda que serão para além das áreas que estavam estipuladas. -----

-----O Vice-presidente da Câmara Municipal Dr. **Luís Correia**, a pedido do senhor Presidente da Câmara referiu ainda que em relação ao 5G, a ALTICE informou que a Vila também será abrangida pelo 5G, até ao primeiro trimestre de 2023. A antena é a que está na Nossa Senhora da Confiança, ainda estar prevista uma antena de rede móvel e que só falta o processo de licenciamento. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Lopes**, prosseguiu e em relação ao Comércio local, referiu que o executivo gostaria de contar com uma maior iniciativa da Associação Empresarial Penedo do Granada, para desenvolverem atividades em parceria, criarem formas de circular pela vila e aproveitarem restauração local. Informou ainda estarem a contar desenvolver procedimentos, para a criação do Regulamento a criação de empresas e subsequentemente a criação de postos de trabalho. -----

----No que diz respeito à posição do Executivo para criação do Centro Tecnológico para Energias Renováveis, disse estarem de acordo, inclusivamente participamos na carta de intenções para a candidatura e ao que sabe, poder-se-á avançar com um Museu Tecnológico para Informática. Disse estarem nesse sentido disponíveis. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Ricardo Simões**, disse em sua opinião haver a necessidade de criar infraestruturas habitacionais, fazer planeamentos, estratégias para esses fins, inclusivamente para a fixação da população que virá e inclusivamente publicitar-se as comunicações nas redes sociais. Ainda se há planos para o PRRI. -----

Em resposta o sr. Presidente da Câmara Municipal informou que sim. -----

-----A Vereadora Eng^a **Dora Rodrigues**, a pedido do senhor Presidente da Câmara, informou que a Igreja Matriz, irá reabrir no dia 12 de fevereiro. Ainda em relação aos espaços envolventes, os mesmos já estão a ser equacionados. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Lopes**, prosseguiu informando que em relação à Avenida Bissaia Barreto, estar prevista a colocação de sinalização. -----

----Deu nota sobre as faixas de gestão combustível, que têm sido feitas, mas a própria natureza é que nos obriga a repensar o método para ocorrer a estas situações. -----

----Continuou ainda neste ponto informando que “Poderá não ser verdade, mas tudo indica que em tempos houve uma contrariedade nos mapas de perigosidade de incêndio para o concelho estava a 85%, aumentando e de novo nos 85%. -----

----Em relação às Faixas de Gestão disse estar-se a falar na possibilidade de tratar todas as faixas, há financiamento. -----

----Concordou que o Monumento ao Feirante está efetivamente a precisar de intervenção, pelo que irão ponderar o assunto. -----

----O Monumento ao Resineiro não está centrado, sim deslocalizado, pelo que irão avaliar a proposta, bem como a matéria sobre a Fonte dos Namorados e do Jardim dos Aromas. -----

----Respondeu ainda ao Sr. Eng.^o Luís Crespo, pelo que: -----

-” O procedimento não está caducado. O procedimento foi publicado no Diário da República a sete (7) de

junho de 2022 e só aqui é que é o início do procedimento, e foi renovado antes de trinta e um (31) de Dezembro de 2022. -----

- Se o prazo até 31 de dezembro 2022 foi curto? - Quase todas as Câmaras Municipais estão a alterar o PDM, o que levou a um acumular de pedidos sobretudo junto da APA e da CCDRC, que levou ao atraso. Se soubéssemos tínhamos dado mais prazo. -----

- Se o nome da alteração está errado? - Esta é a 1.ª alteração à revisão do PDM: - PDM 1995; - Revisão do PDM 2015; - 1.ª Alteração à Revisão do PDM (POA + Urbanizáveis (nova lei de base do solo urbano e rústico);

- A - Alteração ao PDM por adaptação do POA para o PDM (concluído) e - B - Urbanizáveis (nova lei de base do solo urbano e rustico) (em execução) e ainda; - Alteração pontual por adaptação por entrada em vigor de leis e - Alterações pontuais ao PDM por correção material. -----

- Se ficamos sem acessos a fundos comunitários? - Não, realizámos a conferência procedimental. A Arquiteta Graça Gabriel da CCDRC confirmou que o Município de Pedrógão Grande cumpriu com os prazos. Um mês antes do prazo tínhamos a reunião convocada, com todos os elementos. Temos de concluir até trinta e um (31) de Dezembro de 2023. -----

- Como estamos com a alteração? - Tivemos dois pareceres da APA e da CCDRC com algumas propostas negativas e outras positivas. Estamos a formular as propostas negativas. A APA deu parecer positivo à Avaliação estratégica Municipal e o restante não foi positivo por causa das propostas na zona do POA. As restantes entidades (ICNF, ARS do Centro, Direção Geral do Território) deram parecer positivo ou positivo condicionado a pequenas retificações. -----

- Se a Alteração ao POA fica para uma nova alteração, porquê? - Não queremos pôr em causa a alteração obrigatória da Lei dos solos – urbanizáveis e os complimentos e penalizações com os fundos comunitários, o procedimento de aprovação passa da Assembleia Municipal para o Governo e pode demorar muito tempo e não queremos atrasar tudo. Assim no novo ano iniciamos um novo processo com trabalho de casa já feito, uma vez que temos muitos pareceres positivos embora alguns negativos para a zona do POA. O POA desde 2012 que devia ter sido revisto e o Estado ainda não fez nada, explicando que o POA de Castelo do Bode está há 2 anos apenas para publicação. -----

- Ainda em relação a esta matéria importa referir que: Temos de concluir a alteração à revisão do PDM; Cumprimos com o calendário e o Município não ficou impedido de aceder a fundos comunitários. Tínhamos os pareceres obrigatórios no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica; Só temos duas Entidades a concluir e devemos reunir no final de janeiro princípio de fevereiro. -----

É difícil conciliar a opinião destas entidades/organismos todos “. -----

-----Proseguiu e referiu que em relação ao Advogado, “cremos não haver incompatibilidades”. -----

-----Em relação às obras relativas ao temporal Elsa e Fabien, dependemos dum parecer da APA e só se pode pedir uma única vez. O pedido foi feito em fevereiro para colocar uns blocos na albufeira do cabril, para resolver o problema dos muros, tendo parecer positivo. -----

-----Em relação à Iluminação de Natal, acrescentou ser intuito de colaborar no futuro com as Junta de Freguesia. -----

-----Em relação à Castanheira de Pera e as suas festividades, aquela tem mais atividades, tem empresa por trás, Pedrógão Grande, não. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal, prosseguiu a sua intervenção e em resposta aos Membros da Assembleia Municipal disse ainda que: -----

-----Em relação à Confraria do Bucho Recheado, considerou ser sem dúvida de continuar. -----

-----O espaço junto ao Restaurante Lago Verde, está a ser regulamentado, com outra configuração para dar a possibilidade a mais comerciantes. -----

-----O Vice-presidente da Câmara Municipal **Dr. Luís Correia**, informou estarem a diligenciar para que não volte a acontecer o que aconteceu, inclusivamente reforçar a rede para que qualquer um que explore a sua atividade, não tenha problemas. -----

-----O membro da Assembleia Municipal **Dr. Rui Capitão**, salientou que o Regulamento deve evitar que um industrial perca e ser essencial uma nova configuração, estendendo a diversas entidades económicas. –

-----O Presidente da Assembleia Municipal Sr. Dr. **Raúl Garcia**, referiu em sua opinião que o empresário que venha explorar o Restaurante Lago Verde, não quererá as outras atividades ao lado, só no caso de o Executivo entregar o mesmo, por importância inferior ao expectável. Ainda aquele empreendimento, ser um espaço nobre. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal **Dr. António José Lopes**, prosseguiu novamente dizendo aceitar crítica em relação aos documentos irem tarde para a Assembleia Municipal, mas futuramente terão essa matéria em atenção, principalmente os documentos das contas. -----

-----A Vereadora Sr.ª **Engª Dora Rodrigues**, a pedido do senhor Presidente da Câmara, informou que em relação à reunião do CLAS, a última foi em abril e o Conselho Municipal de Educação a reunião em 28 de julho e tratadas várias matérias. Em resposta à Drª Margarida disse que traria à próxima sessão o documento de Conselho Municipal de Educação. -----

-----O membro da Assembleia Municipal **Dr. Rui Capitão**, questionou ainda o decurso do procedimento do concurso do Bar da Piscina. O que foi fotocopiado, e o local onde foi deixado. -----

-----Pelo que o Presidente da Câmara Municipal **Dr. António José Lopes**, informou que o proponente foi à Biblioteca Municipal, pediu para fotocopiar os documentos e deixou-os lá, menos o documento dos valores, e foi confirmado pelos serviços. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Drª **Margarida Guedes** retorquiu que os serviços não são responsáveis. Tendo lido a ata e que falta uma peça na apresentação da proposta e “muito bem” o júri não considerou. Peça essa a proposta do montante! Não tendo as peças todas e essa era uma peça fundamental, mesmo sendo a única concorrente não devia ser admitida. O que leu em ata foi que a proponente foi chamada e disse ter-se esquecido, sendo a responsabilidade daquela, pois deveria ter confirmado a documentação toda. -----

-----A Vereadora Engª **Dora Rodrigues**, informou que foi deliberado em reunião de Câmara Municipal, aceitar. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Drª **Margarida Guedes**, salientou ainda que a “reunião de Câmara” não pode passar por cima de uma decisão do júri. E que ninguém pode despachar por cima do Júri.

-----O Presidente da Câmara Municipal **Dr. António José Lopes**, relativamente à entrevista dada pelas Técnicas, disse que a senhora Dr.ª Margarida “tem a sua opinião, não houve efetivamente a participação política”. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal **Dr. Raúl Garcia**, questionou o Presidente da Câmara Municipal se foi autorizada a entrevista, pois é de opinião que nenhum técnico se pode pronunciar em público sobre o que quer que seja. Inclusivamente se ele tirar a sua capa de político não se pode pronunciar sobre nada em público. Ainda em sua opinião deverão ser impostas regras e limites, pois o que transparece para a opinião pública é que é, a posição do Presidente da Câmara! -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Lopes**, disse ter autorizado em termos técnicos, ter aceiteado e reencaminhado para as técnicas e que evidentemente o teor não sabia e foram termos técnicos, sendo a opinião daquelas funcionárias e ser necessário mudar a paisagem. -----

----Ainda a Dr^a **Margarida Guedes** lamentou que fossem outros concelhos a beneficiar, nomeadamente a Castanheira de Pera. No entanto salientou que foi sobretudo a imagem do concelho, que ficou prejudicada.

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Capitão** – dissertou sobre o Natal em Pedrógão Grande, sendo de opinião que “houve Natal para todos os gostos” referindo ainda que inclusivamente as despesas com as festividades Natalícias, variam de concelho para concelho, havendo uns mais económicos que o de Pedrógão e outros com valores mais avultados. -----

----Em relação à ETPZP, disse partilhar as preocupações com a Dr^a Margarida Guedes, mas “temos de nos consciencializar e já se consciencializou, que a Câmara Municipal é sócia minoritária e que nos últimos anos isso tem-se ressentido, tem sido só chamada à coação para pagar, salientando, no entanto, que não se tem de pedir somente responsabilidade. As pessoas têm de ser responsáveis pelas opções que tomam, tanto mais ser a ETPZP de interesse histórico e estratégico, sem dúvida. -----

Ainda nesse âmbito, disse haver questões e nada deve ser segredo para a Assembleia Municipal, inclusivamente que o Executivo deve trazer os assuntos. Prosseguiu e disse que a Câmara Municipal fez uma auditoria, que se gastou dinheiro e que o resultado dessa auditoria não foi partilhado com Assembleia Municipal. Continuou dizendo que o Executivo, (e sócio) herdou um problema, com a Escola Tecnológica, e não o trouxe. Em sua opinião, que devia ter trazido o problema ao Órgão Deliberativo para “que todos nós, nos possamos pronunciar quanto a essa questão, não perde nada em fazê-lo, tem o direito de o fazer”, acrescentando ainda ser a matéria em causa, de interesse estratégico local. Referiu ainda que em contrapartida, vêm assuntos que não tem de vir e a exemplo citou o pedido pelos beneficiários, do regulamento de apoio aos Bombeiros Voluntários individualmente, pois este Órgão aprova isenção e questões importantes, como é o caso da ETPZP. Têm de ser transparentes, independentemente de ter ou não a maioria, inclusivamente “para se proteger de algumas decisões que tenham que tomar e que não devem tomar sozinhos”. -----

----Em relação ao procedimento/concurso para o bar da Piscina Municipal, em sua opinião disse estar errado, e ser inconcebível aceitar o procedimento daquele modo, desde logo, porque a lei não está a ser cumprida nesse segmento. Disse ainda que “não posso apresentar uma qualquer proposta em qualquer local que seja e dizer que me esqueci, que ficou na fotocopiadora, o valor do montante”. Existe um procedimento tem de ser adotado e não pode ser alterado, “senão assim, qual é o critério?” Concluiu que o “Executivo primou pela inexperiência, mas não pode repetir, e ainda que não sabe se reúne condições, a continuação deste concurso, informar o engano e solicitar de uma forma clara, onde venha toda a documentação, inclusivamente até não sabe, se não será um caso de perda de mandato”. Há uma deliberação de um júri e vão contra essa deliberação. Onde fundamentam essa deliberação, questionou ainda. -----

----Outra questão tem a ver com as entrevistas, deixando um alerta, e em sua opinião, disse inclusivamente ter no passado referido que quem é eleito para governar os destinos deste concelho, são certas e determinadas pessoas, que recebem o mandato, que tomam decisões, que têm a responsabilidade política. Disse ainda que o executivo, tendo conhecimento que haveria uma entrevista, e demais matéria, tinha de autorizar, pelo que questionou se foi isso que aconteceu? No entanto acrescentou que o Executivo não tem de responder a questões técnicas. Prosseguiu e disse a título de exemplo que as “questões de acordo com o PDM, colocadas pelo Eng.º Crespo, são questões técnicas e aí deveria estar um técnico. Um conselho, que deixa para o futuro. -----

----O **senhor Presidente da Câmara Municipal**, disse estar registado. -----

-----Relativamente e ainda em relação às obras da APIN, faladas inclusivamente em reuniões anteriores, e após diálogo entre os membros da Assembleia Municipal **José António Henriques** que demonstrou apoio/justificação pelo atraso da conclusão daquelas, inclusivamente referiu em sua opinião serem

rapidamente feitas, e posteriormente teriam de ser repostas novamente, ao contrário da opinião da Dr^a. **Margarida Guedes**, que lamentando disse ser inaceitável que as estradas estejam no estado lastimável. Salientou ainda que na localidade dos Campelos, o mesmo tipo de obras, foram concluídas e bem, dentro do tempo exatável. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl Garcia**, considerou de igual modo ser inaceitável o que se passa com as obras da APIN. Referiu ainda que na freguesia da Graça, lamentavelmente numa noite deixaram uma máquina enorme, na via junto à “Extensão de Saúde da Graça”, simplesmente com uma lanterna, sendo ainda a passagem congestionada, passando só uma viatura, inclusivamente que poderiam ter originado sérios danos. -----

----O Vice-Presidente Dr. **Luís Correia**, respondendo à Dr^a. Margarida em relação aos muros feitos a particulares, no âmbito das obras resultantes das tempestades Elsa e Fabien, lembrou que foi feito o levantamento em 2019. Foi feito pelo Executivo da altura e submetida a candidatura. Quando este Executivo iniciou o mandato e o que foi feito, foi reativar essa candidatura e executar a obra. Se ainda não foram feitos os pontões da Ribeira do Nodel e da Ribeira do Nunes, referiu estarem em agenda e se não estão concluídos, como foi explicado é porque se aguarda a provação da APA. -----

2. Apreciação da informação escrita ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, fez referência aos documentos enviados para os membros da Assembleia Municipal, relacionados com a situação financeira do Município a 20 de dezembro de 2022, disse ser o saldo atual das dívidas a Empreiteiros de 53 165,57€ (cinquenta e três mil, cento e sessenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimo), a Fornecedores de 108 912,02€ (cento e oito mil novecentos e doze euros e dois cêntimos), o Resumo Diário da Tesouraria na mesma data de Operações Orçamentais de 2 935 399,34€ (dois milhões novecentos e trinta e cinco mil, trezentos e noventa e nove euros e trinta e quatro cêntimos) e operações de tesouraria de 164 242,72€ (cento e sessenta e quatro mil duzentos e quarenta e dois euros e setenta e dois cêntimos).-----

3. Intervenções dos Presidentes das Juntas de Freguesias. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Graça senhor **Custódio Rosa**, começou a sua intervenção desejando um bom ano. -----

----Referindo-se às obras em geral, considerando em sua opinião, estarem todas a ser mal-acompanhadas, pelo que deveria ser tida em atenção esta matéria. Salientou inclusivamente que um dos muros reconstruídos na sua freguesia e se a obra tivesse sido acompanhada de outra forma, o mesmo não estaria a necessitar novamente de intervenção. -----

----Em relação às obras da “APIN”, salientou várias anomalias, nomeadamente a falta de segurança, sem qualquer tipo de sinalética, obras de compactação inclusivamente e o alcatrão estar a partir, sendo de opinião a necessidade de abertura de uma caixa maior e demais démarches. -----

----Nas estradas florestais uma situação que o tem preocupado, disse serem as valetas e barreiras caídas. --

----Lembrou a necessidade de intervirem e inclusivamente na Ribeira dos Nunes e da “Ponte do Outão”, vem reforçar, pois, disse tratar-se da sua freguesia. -----

----Referiu haver muita população estrangeira, gerarem economia, darem movimento à terra, mas em sua opinião devia haver um cadastro. Concluiu chegarem, comprarem um terreno e fazerem a sua vida diária dentro duma roulotte, lamentando, no entanto, não se saber quantos são, nem onde estão, salientando que futuramente e no caso de uma catástrofe, seria irreparável, pelo que disse ainda que se devia repensar a sua estadia no concelho. Ainda se disponibilizou para colaborar no sentido de fazerem um levantamento. -----

-----Referiu-se ainda às faixas de gestão de combustível, á beira das estradas e que desta vez não se ter feito dentro das aldeias, sabe que está contemplado no plano, no entanto disse ser de todo expectável. -----
-----Em relação à vila de Pedrogão Grande considerou estar agradável e harmoniosa, lamentando a ter ficado areia nos passeios o que os torna perigosos, podendo até provocar quedas, pelo que apesar da responsabilidade ser do empreiteiro como referiu, o Executivo deveria rever esta situação. -----
-----Referiu ainda que na sua freguesia, há vários estragos, como sinais de trânsito partidos, valetas de cimento danificadas e manilhas, sendo o empreiteiro da obra responsável e estar de saída, referindo, no entanto, as estradas serem municipais e concluindo “sobrar para quem fica”. -----
-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, disse haver responsável por analisar as obras da APIN. Disse ainda estarem a trabalhar no sentido de dar “eficiência” á parte operacional da rua. -----
-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raul Garcia**, disse esta matéria já ter vindo no mandato anterior, salientando implicar questões legais e não ser viável. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia, senhor **José Henriques**, não pretendeu intervir. --

-----A Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande senhora D. **Fátima Neves**, cumprimentou todos os presentes e desejou votos de feliz Ano Novo. -----

-----Em sua opinião considerou a sessão estar a ser longa e repetitiva, estar-se dependentes de candidaturas e que com menos se podia fazer mais, inclusivamente considerou haver demasiada burocracia no geral e falará com o Executivo, se for necessário. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raul Garcia** salientou e referindo não ser uma questão pessoal, mas que todos são políticos responsáveis e deverão impor-se a si próprios limites e terem a consciência de ser autolimitados. Referiu-se ainda se prefeririam voltar às regras do mandato anterior, impostas pelo anterior Presidente da Assembleia Municipal, porém ele considera-se com espírito democrático, manifestando sempre esses seus princípios nos seus anteriores mandatos. -----

-----Ainda que os documentos para análise já seguiram anteriormente e já todos tiveram a oportunidade de analisar. Considerou ser este ponto “um espaço real”, onde todos se manifestam publicamente, ainda ser de opinião, ser “aqui que deve ser feito”, até diria mais, o tempo proposto no Regimento, como sendo uma hora, devia ser de três horas, e reforçando ainda, que os assuntos devem ser ditos em público e trazidos à Assembleia Municipal. -----

4. Propostas da Câmara Municipal: -----

4.1.- Apresentação, apreciação e votação das propostas Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande: -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal senhor **Dr. Raul Garcia** sugeriu a discussão dos pontos em conjunto. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Capitão**, referiu que o Regulamento aqui aprovado, de incentivo aos Bombeiros e o que o artigo queria dizer é que compete à Assembleia Municipal aprovar esse conjunto de incentivos. Prosseguiu dizendo que de uma maneira mais restrita, pode entender-se que cada pedido tem de vir aqui a este Órgão, para poder ser concedido ao Bombeiro que o solicitou. Mas interpretado neste sentido, disse ser uma lacuna ou um erro daquele Regulamento e que tem que ser revisto, em sua opinião, pois que “vamos” aprovar o conjunto de todas as taxas, isenções e o próprio Executivo é que depois faz a análise dos respetivos processos, é que isenta ou cobra de acordo com o que está regulamentado ou aprovado em Assembleia Municipal, ainda que para ele disse ser a mesma coisa, e com uma agravante, que vem conjunto de informações, como da outra vez, que não se tem necessidade de saber, serem estritamente pessoais. Disse ser-se tão legalistas num ponto, que vem o que não deve, e outras vezes se esquece essa realidade e o que devia vir não vem. Para o futuro disse ser a proposta que deixa, é que esse Regulamento,

seja efetivamente revisto. Ainda que mesmo que a Assembleia Municipal aprove todos os anos o mesmo Regulamento, um conjunto de taxas e demais matéria, concluiu não ter de vir aqui, a aprovação caso a caso, disse ser uma tarefa do Executivo aprovar, o que já esta regulamentado e analisado. A terminar disse que na revisão do Regulamento se deveria estender o prazo para entrega desses documentos e mais que deviam ser alertados os Bombeiros para o cumprimento de prazos. A exceção que tem de ser para um, tem de ser para todos. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Margarida Guedes**, referiu não ter nada com o aprovar ou não, a sua questão é uns não entregarem no prazo e propõe-se o indeferimento, outros de igual modo propõe-se o deferimento, o porquê de com o mesmo texto, e ainda assim como na restante matéria, notando vários critérios e dualidades, uns serem deferido e outros não. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Nélia Alves**, depois de ter percebido serem vários técnicos que analisam, concluiu que “nós” em Assembleia não termos de aprovar. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl García**, questionou se alguém estava impedido de votar. Sendo a votação ponto por ponto. -----

4.1.1.-Processo n.º 2021/850.10.002.01/7-----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta “**Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande**”: 4.1.1.-Processo n.º 2021/850.10.002.01/7, tendo sido **aprovada por maioria com catorze (14) votos a favor, duas (2) abstenções**. -----

4.1.2.-Processo n.º 2022/850.10.002.01/9 -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta “**Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande**”: 4.1.2.-Processo n.º 2022/850.10.002.01/9, tendo sido **aprovada por maioria com catorze (14) votos a favor, duas (2) abstenções**. -----

4.1.3.-Processo n.º 2021/850.10.002.01/12-----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta “**Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande**”: 4.1.3.-Processo n.º 2021/850.10.002.01/12, tendo sido **aprovada por maioria com catorze (14) votos a favor, duas (2) abstenções**. -----

4.1.4.-Processo n.º 2022/850.10.002.01/7-----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta “**Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande**”: 4.1.4.-Processo n.º 2022/850.10.002.01/7, tendo sido **aprovada por maioria com catorze (14) votos a favor, duas (2) abstenções**. -----

4.1.5.-Processo n.º 2022/850.10.002.01/2-----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta “**Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande**”: 4.1.5.-Processo n.º 2022/850.10.002.01/2, tendo sido **aprovada por maioria com catorze (14) votos a favor, duas (2) abstenções**. -----

4.1.6.-Processo n.º 2021/850.10.002.01/13-----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta “**Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande**”: 4.1.6.-Processo n.º **2021/850.10.002.01/13**, tendo sido **aprovada por maioria com catorze (14) votos a favor, duas (2) abstenções**.-----

-----O membro da Assembleia Municipal **Dr.ª Margarida Guedes**, fez declaração para a ata- Por não entender os diferentes entendimentos o seu sentido de voto era a abstenção.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal senhor **Dr. Raul Garcia**, sugeriu dez minutos para um breve intervalo.-----

4.2.- Proposta de “**Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade e à Infância**”.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, referiu-se neste ponto sobre o Apoio à Natalidade e à Infância, como sendo um pequeno contributo que o Município quer dar para contrariar esta “devastação”.-----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Mafalda Coelho**, na sua intervenção começou por congratular o Município pelo excelente trabalho desenvolvido no âmbito social. De facto, estando-se perante uma crise económica e social, com uma tendência inflacionista crescente e preocupante, com um Estado central que continuamente tem abandonando jovens famílias, não lhes facultando quaisquer soluções, disse ser de facto muito positivo ver este regulamento aqui aprovado, e uma promessa de campanha cumprida. A terminar disse ser ainda que um pequeno contributo, mas precioso instrumento para a fixação de população!

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Ricardo Simões**, ainda na sequência da política de fixação da população, prosseguiu congratulando o Executivo pela iniciativa, considerando ficar aquém das expectativas, mas tendo em conta o orçamento e ter sido dado o primeiro passo e deste modo para que outros benefícios possam vir a ser atribuídos.-----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Maria Teresa Denis**, iniciou a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes, desejando de seguida votos de Bom Ano.-----

-----Considerou ter sido uma boa medida e interessante. Disse não a considerar tanto uma medida, mas como uma dádiva aos jovens casais, pelo nascimento de um filho, uma mais-valia sem dúvida, uma gratificação aos pais. Para além destas medidas outras são necessárias, dado o envelhecimento e a diminuição da população.

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Capitão**, interveio felicitando todo o Executivo, uma medida que demonstra ter-se conhecimento deste tipo de medida e agora atuar-se, referindo ainda ser uma matéria a que brinda, não fará muita diferença, mas ser a forma como mostrar às pessoas o que se tem para oferecer, por pouco que seja, mas de boa vontade. Disse ser uma medida duplamente positiva, inclusivamente para quem contribuiu para a taxa de natalidade e para o comércio local. No ponto de vista político, da sua bancada PSD e também enquanto jovem, que tem de agradecer.-----

----- O membro da Assembleia Municipal Dr.ª. **Margarida Guedes**, disse ser um primeiro incentivo e ter gostado efetivamente, dado precisar-se de jovens e estes também apreciarão de alguma forma esta medida. Considerou ainda este apoio dirigido ao comércio local, ser uma mais-valia. Não gostou da palavra “ignorância” utilizada no texto do Regulamento no artigo 11º e que deveria ser substituída por “desconhecimento”, felicitando assim o Executivo.-----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr.

Raúl Garcia colocou à votação a proposta de “**Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade e à Infância**”, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

4.3.- Proposta de “**Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) aplicar em 2023**” ----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, referiu utilizar a mesma política do ano anterior. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Capitão**, questionou quanto esta taxa rende aos cofres da Autarquia.-----

-----A técnica da Autarquia Dr^a **Sandra Martins** referiu render mil euros. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta de “**Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) aplicar em 2023**”, tendo sido **aprovada por unanimidade**, a taxa aplicar em 2023 de **0,25ppc**. -----

4.4.- Proposta de “**Lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2023**” -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **José Miguel Barão**, referiu-se à sua intervenção em relação ao mesmo ponto no ano anterior e que “seria importante o executivo criar um terceiro escalão e a possibilidade de isentar empresas mediante determinadas condições que tenham em vista a criação de postos de trabalho, ou a deslocalização de sede de um concelho para Pedrogão Grande, ou ainda um investimento de um determinado montante realizado no ano, atendendo à necessidade que se vai ter brevemente e a curto prazo com a nova zona empresarial e a necessidade de atrair novos investimentos, novas empresas para o concelho”, considerando ainda ser uma repetição, no entanto que se devia pensar nessa possibilidade. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Capitão**, disse reforçar o seguinte, que na ausência de um regulamento não poder “fixar” mais nada. Pelo que em sua opinião era essencial a criação de um regulamento, criar pois matérias para os que são resilientes do concelho dar essa benesse e de igual modo para quem pretender vir para o concelho. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, disse ser intenção de “fazer este regulamento”, criar uma estratégia, que não passe só pela natalidade, passe de igual modo por criação e apoio de postos de trabalho, criação de empresas, sendo que este Regulamento vem na sequência dessa matéria. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta de “**Lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2023**”, tendo sido **aprovada por unanimidade**, o lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2023 de **0,1ppc** no escalão de volume entre 0€ e 150 000€, e **1,5ppc** no escalão para o volume de negócios superior a 150 000€. -----

4.5.- Proposta de “**Participação variável do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)-Ano 2023**”. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, considerou ser este conjunto de medidas que poderão tornar o concelho mais atrativo. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Ricardo Simões**, disse ter ficado confuso questionando qual

é a participação de IRS que se tem para com os cofres da Autarquia. -----
----Pelo que o Presidente da Câmara informou que em 2022 não ter havido transferências. Mas tem o reflexo da altura, que havia a comparticipação total. -----
----Prosseguiu e dissertando sobre esta matéria referiu estar-se a perder população, pelo que a bancada mais uma vez se vem pronunciar e se, se quer fixar população, tem de se dar mais condições, refletindo sobre estes valores acredita que não se possa pôr a zeros, no entanto considerou ainda necessário dar-se um pouco mais a participação aos municípios. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Ricardo Sequeira Nunes**, referiu ser a sua primeira intervenção, cumprimentando todos os presentes pelo que pretendeu dar uma palavra de apreço pela atitude humilde como o Executivo se tem apresentado nesta Assembleia, considerando inclusivamente não ser um sinal de fraqueza, ser o correto, pelo que disse ainda deverem continuar a “valorizar”. -----
----Referiu estar surpreendido pela negativa, ficar-se com metade do expectável e alertar ser para os meios de comunicação, referiu, pois, serem notícias mediáticas, e ainda ser um sinal negativo que se dá aos municípios e se o valor que “vão arrecadar” se, se justifica, pois, que este valor considerou estarem a ir numa direção contrária ao que seria expectável, arranjam outro tipo de receitas que não esta, e ainda teceu comparação inclusivamente com os municípios vizinhos. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **José Miguel Barão**, referiu ir repetir-se em relação ao que disse sobre esta matéria no ano anterior, esta participação variável e se o município pode prescindir ou não, sendo o limite máximo de 5%, se efetivamente pode prescindir 2,5% dessa receita. Se o município previa arrecadar cerca de 53 mil euros em 2023, questionou ainda se esta verba ou parte anexada ao “Orçamento Participativo”, essa parte seria mais entendida pelos municípios, para saberem onde o dinheiro iria ser gasto.

-----O membro da Assembleia Municipal Dr^a **Maria Teresa Denis**, considerou esta medida não fixar as populações no concelho, referindo ainda haver quem tenha escritório no concelho, mas que tenha a sua residência noutro concelho, não trazendo vantagens. Ainda ser de opinião que ser empregue no “Orçamento Participativo”, ou noutro, traria vantagens, sendo obviamente o dinheiro do município, no entanto saber-se onde é efetivamente empregue, seria de todo importante. -----

-----O membro da Assembleia Municipal, Dr. **Rui Capitão**, disse querer felicitar o Executivo porque a nomenclatura da proposta está certa, é a fixação da taxa a cobrar, a taxa que o Município arrecada e não a taxa que vai devolver. Referiu ainda a devolução feita em ano anterior, disse ainda não lhe parecer mal, tanto mais que nos municípios à volta, Pedrógão Grande não ter a maior taxa e ser assim canalizado para os Pedroguenses. Prosseguiu e referiu que taxa que se vai buscar às Finanças é a taxa de participação e não a devolução. Disse ser preferível cobrar essa receita, ser uma política mais assertiva, virada para algo que se consiga realizar, seja o “Orçamento Participativo”, sejam os apoios à natalidade, uma medida onde se possa até criar visibilidade, onde as pessoas sintam essa diferença, e/ou canalizar para outro tipo de investimento.

-----O membro da Assembleia Municipal Dr^a **Margarida Guedes**, considerando concordar na maioria com o que foi dito, no entanto disse entender outra forma de ver a questão. Questionou quem é que efetivamente vai beneficiar, para cada um será pouco, mas para o Município serão cinquenta mil euros a menos, o que considerou ser irrisório, apesar das taxas serem necessárias, pois de outro modo não haverá receita. Prosseguiu e referiu-se “Orçamento Participativo” que no entanto e em sua opinião disse não serem nada de muito concretos e necessários, quantas vezes se gastam dinheiros e nem serem tão importantes assim. Concluiu a finalizar que não se ganha assim tanto em devolver, não concordando, pois, com os 2,5%. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta de “**Participação variável do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)-Ano 2023**”, tendo sido **aprovada por maioria com onze (11) votos**

a favor, quatro (4) votos contra e uma (1) abstenção, a participação de 2,5ppc no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho. -----

4.6.- Proposta de “Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2023”. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, disse terem mantido a estratégia do ano passado e ter valores mínimos, ser difícil implementar medidas. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Ricardo Simões**, referiu-se aos valores mínimos, questionando serem referentes a prédios devolutos, e se não há possibilidade de proceder a um agravamento. -----

Pelo que o Presidente da Câmara Municipal informou, dever-se fazer uma averiguação e informar as Finanças, envolver o proprietário e não ser propriamente viável. -----

-----O membro da Assembleia Municipal, Dr. **Rui Capitão**, disse ir se pronunciar sobre esta matéria, que já fala à meia dúzia de anos. No entanto referiu ter-se “capacidade” de redefinir estratégias e muitas vezes não se faz, considerando ainda ser esta uma medida que o Executivo pode efetivamente fazer, é em relação a estas matéria. Dissertou ainda haver a necessidade de se distinguirem estes tipos de prédios; os prédios em ruínas, prédios urbanos degradados e os devolutos, falando-se dos degradados estão a cair, etc., mas não dos prédios devolutos. Este ano, disse pretender saber, quanto aos degradados quantos procedimentos ao longo dos anos foram tentados pelo Município, para majorar estes degradados? Qual é o valor desta receita, questionando ainda, concluiu não haver. Para além destes disse existirem os devolutos e esse concluiu ainda serem aqueles que os proprietários por opção própria, não os colocam no mercado de arrendamento, seja para comércio, habitação e não têm qualquer tipo de consumo de energia elétrica, de água, não tem consumos e que deveriam gerar rendimento ao concelho e esses não serem majorados. ----- Considerou ainda a necessidade de haver uma estrutura que faça estes levantamentos, que trate efetivamente desta matéria. Que se analise os que estão degradados e que se diferencie dos devolutos ainda dos espaços afetos ao comércio como também à habitação. Mais ser necessário, nos prédios que ninguém habita há diversos anos, estes efetivamente terem taxas agravadas, tanto mais não estarem ao serviço de Pedrógão Grande, nem dos Pedroguenses. Efetivamente têm proprietários que não potenciam ou favorecem o mercado de Pedrógão Grande, sendo nesse sentido que todos os anos, tem deixado um apelo, para se fixar uma taxa de IMI que majorasse negativamente, não só para os que estão degradados. ----- Considerou serem medidas duras, ainda estarem a aprovar anualmente taxas para os imóveis degradados e não para os devolutos não parece ser prática correta. Em matéria fiscal onde podemos determinar e o que queremos para o nosso centro histórico. É o que o Estado permite para as Câmaras obrigarem e por uma questão económica tirarem proveito e incentivarem as pessoas a meterem o imóvel no mercado. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr^a **Margarida Guedes**, disse ter de concordar com o Dr. Rui Capitão, que tem falado á anos e não se fez rigorosamente nada em relação a esta matéria. Disse ser preciso coragem política, discorda quando diz que não tem recursos, pois considera que sim. Terem recursos, proteção civil, administrativos e jurídicos para isso e muito mais. Seria uma receita e traria mais valias para o concelho, haveria mais espaços para alugar, inclusivamente as pessoas por não terem em Pedrógão Grande vão para outros concelhos, como a Sertã. E que deve ser implementada a medida caso contrário Pedrógão Grande ficará estagnado. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Graça, senhor **Custódio Rosa**, referiu haver um edifício, inclusivamente ameaçar ruir junto á Igreja da Graça, e o que se poderá fazer, questionou. -----

-----Foi respondido pelos Membros da assembleia Dr^a Margarida Guedes que poderia ser taxado; pelo Dr. Rui Capitão, a Câmara poderá tomar medidas, inclusivamente a Proteção Civil. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, disse que para o ano ter-se-á mais uma alínea para os prédios devolutos e montar a máquina administrativa para se avançar. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta de **“Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2023”**, tendo sido **aprovada por maioria com quinze (15) votos a favor e uma (1) abstenção**, a taxa de **0,80%**, para **prédios rústicos**; a taxa de **0,30%** para **prédios urbanos**; fixar uma **minoração de 30%** da taxa de IMI a **todos os prédios urbanos inscritos até 1970**, ou reconhecidos como tal se omissos, alvo de obras sujeitas a controlo prévio pela Câmara Municipal, pelo período de cinco anos a contar da data de autorização de utilização/conclusão dos trabalhos, sendo excluídas as situações de obras isentas de controlo prévio e/ou de escassa relevância urbanística, devendo este benefício ser solicitado pelo munícipe anualmente, nos termos do artigo 112º, nº 6 do Código do IMI; fixar uma **redução de 20%** na taxa de IMI, a **todos os prédios urbanos que sejam alvo de arrendamento** comprovado legalmente, devendo este benefício ser solicitado pelo munícipe anualmente, nos termos do artigo 112º, nº 7 do Código do IMI; fixar uma **majoração de 30%** na taxa de IMI, a **todos os prédios urbanos degradados**, considerando como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumprem satisfatoriamente a sua função, ou possam pôr em perigo a segurança de pessoas e bens, devidamente fundamentada por parecer da Câmara Municipal/proteção Civil nos termos do artigo 112º, nº 8 do Código do IMI; fixar uma **redução da taxa** que vigorar no ano a que respeita o imposto, aos **imóveis destinados a habitação própria e permanente** coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes que compõe o agregado familiar do proprietário, de acordo com a tabela constante no artigo 112º- A do CIMI -Nº de dependentes a cargo e dedução fixa em euros: 1--20€, 2 --40€, 3 ou mais --70€. -----

4.7.- **“Situação Económica e Financeira do Município de Pedrógão Grande”**, dados referentes ao 1º Semestre de 2022, para conhecimento. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, informou que cumprindo a lei, o Auditor Externo responsável pela Certificação Legal das Contas do Município, remeter semestralmente aos Órgãos Executivo e Deliberativo a informação sobre a respetiva Situação Económica e Financeira do Município, à data de 30 de junho de 2022 e da responsabilidade do Auditor Externo, Rosa Lopes, Gonçalves & Associados, SROC, Lda., ao exercício de 2021. Conhecedora dos Órgãos em matéria de imputação dos subsídios ao Investimento aos Proveitos, de que a mesma era suportada por aplicação de controlo de imobilizado em Excel que não se encontrava conciliada com registos contabilísticos em aplicação própria para o efeito, os serviços Municipais, terminaram muito recentemente a introdução de tais dados no Sistema do património da AIRC. Os montantes relacionados com subsídios ao investimento deverão ser considerados ainda como provisórios, dada a necessidade de serem efetuados alguns testes, podendo os mesmos ser ainda alvo de revisão/alteração consoante a análise que vierem a ser efetuadas. -----

-----O membro da Assembleia Municipal, Dr. **Rui Capitão**, disse ter verificado que na informação ora remetida não constava a entidade ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais. -----

----- A Técnica Superior Drª. **Sandra Martins**, esclareceu que a remessa das Contas da ANAM-Associação Nacional de Assembleias Municipais ao Município de Pedrógão Grande, foram rececionadas muito recentemente pelos serviços, pelo que a informação em causa ainda não havia sido retificada de forma a constar a entidade em causa. Mais informou, que nos Documentos Previsionais, Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023, a informação inerente à mencionada Associação já se encontrava refletida. -----

-----O membro da Assembleia Municipal, Dr. **José Miguel Barão**, mencionou alguns aspetos que em sua opinião lhe parecem positivas, nomeadamente: estar o Município de Pedrógão Grande em condições de

ultrapassar a Reserva que constava na Certificação Legal de Contas da autarquia no ano transato de 2021, tendo de seguida parabenizado os serviços municipais pelo trabalho desenvolvido; prosseguiu e mencionou que o Resultado Líquido Semestral apresentado, ainda que provisório, encontrava-se “penalizado” pela incorporação do resultado negativo das contas das entidades participadas, nomeadamente, APIN e Petroensino. Situação esta que no ano transato não havia sido refletida, por ausência de informação. Deixa a ressalva de apesar de se tratar de resultados intercalares e provisórios, o desempenho a 30-06-2022 da autarquia ser menos negativo que no período homologado. Por sua vez e no que concerne ao mencionado no relatório sobre a Contabilidade de Custos, congratulou o Presidente da Câmara Municipal, por a mesma estar em curso, apesar de ainda não ser utilizada em pleno, mais afirmou ser este uma área muito complexa. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl García**, questionou o Presidente da Câmara se aquele não tem poder de decisão sobre os funcionários e se efetivamente não obedecem a ordens. ----- Prosseguiu e disse que têm que ser criadas soluções, não podendo dizer que as não têm. Concluiu assim, estar identificada a causa do que se “ouve na rua”. Ainda não competir ao Executivo enfrentar determinado tipo de situações, mas sim as chefias executarem as suas orientações. Referiu ainda a imagem que alguns funcionários passam para o exterior ao irem para o café nas horas de serviço, com fatos da Autarquia. -----

-----O membro da Assembleia Municipal, Dr. **Rui Capitão**, referiu terem sido quadros aprovados com chefias competentes que têm essa obrigação de intervir, não se podem colmatar lacunas, com a entrada de mais pessoas, e/ou entram pela competência ou não. -----

-----O membro da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Nunes, considerou que a produtividade no setor público é um problema e que os mecanismos legais são complicados. -----

-----O membro da Assembleia Municipal, Dr^a. **Nélia Alves**, considerou que “vocês e nós”, somos confrontados com a opinião pública, devemos ser práticos e pragmáticos. -----

-----Deliberação: Após apresentação para conhecimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia em relação à proposta de “**Situação Económica e Financeira do Município de Pedrógão Grande**”, dados referentes ao 1º Semestre de 2022”, foi que **tomaram conhecimento**. -----

4.8.- Proposta do “**Mapa de Pessoal para o ano de 2023**”. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, disse ser necessário estruturar serviços e o atendimento diário, ainda não ter solução. Deu a palavra à vereadora Eng^a **Dora Rodrigues**, que dissertou sobre a matéria nomeadamente haver um lugar a mais, alguns funcionários em mobilidade, ainda técnicos credenciados estarem de baixa, para o serviço do BUPI, pelo que terão de fazer este tipo de mobilidade e ainda informou terem prescindido do engenheiro informático, pois o Município possui dois técnicos de informática. Referiu-se ainda à necessidade dum terapeuta da fala, dum técnico para a piscina em prestações de serviço! Disse haver outros que foram para a APIN e enquanto não consolidarem do outro lado continuam refletidos aqui. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Ricardo Sequeira Nunes**, considerou ser o mapa de pessoal dum instituição, fulcral para um bom funcionamento e ainda uma boa política pública e se bem implementada, os resultados são positivos. Quando à falta de implementação o sistema falha. -----

-----O membro da Assembleia Municipal, Dr. **Rui Capitão**, considerou que a partir do momento que se duplicou a entrada de funcionários se errou, considerando ainda estarem funcionários mal alocados nas suas funções, estarem a ser mal aproveitados nomeadamente o funcionário Bruno Gomes estar a fazer BUPIS pois várias vezes tem sido atendido por aquele e ter uma capacidade acima da média e não deveria estar a fazer

as georreferenciações, apesar de saber estar só em substituição, podendo ser mais produtivo a fazer o que efetivamente sabe fazer. A reafecção é que tem de ser revista Somos um concelho pequeno, onde podemos trabalhar muito melhor e ter uma produção mais eficiente e eficaz. Está de fora e é alertado para certas situações de quem esta cá dentro não se aperceber. E os resultados dos funcionários repercute-se na imagem do próprio Município e também por uma questão de justiça, responsabilizar as pessoas. Um mau funcionário prejudica três ou quatro funcionários. Os maus funcionários têm de ser afastados e quando vê mexida e quando se preveem essas 20 e tal alterações é que se, questionando quantos funcionários extinguiram o vínculo com a reforma (6 em 2022 e para o próximo ano 3 ou 4). Vota sob protesto. -----

-----O membro da Assembleia Municipal, Dr^a. **Margarida Guedes**, reforçou a sua opinião que somos um concelho pequeno e envelhecido. Sendo de opinião ainda que a mobilidade interna seria uma solução. -----
-----Esta matéria estará explanada, no ponto seguinte da sua intervenção, mais detalhadamente. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Ricardo Simões**, referiu já virem de anteriores mandatos o problema persiste disse não o assustar o explanado no mapa de pessoal, gostaria de saber efetivamente os que estão a trabalhar, parece-lhe estar-se com um problema grave mapa atual, quantos desses é que não estão a trabalhar e não ser só deste ano ser transversal (mas há alíneas com explicações) saber os que não estão ao serviço. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta do “**Mapa de Pessoal para o ano de 2023**”, tendo sido **aprovada por maioria com dez (10) votos a favor, cinco (5) votos contra e uma (1) abstenção**. -----

Nota: O Membro da Assembleia Municipal Dr^a. **Magda David**, ausentou-se por motivos pessoais da presente sessão. -----

4.9.- Propostas dos “**Documentos Previsionais 2023- Grandes Opções do Plano 2023/2027, Normas de Execução Orçamental para 2023 e Emissão de Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais 2023**”. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, “disse estar-se num clima de incertezas a inflação dificultará quer a conclusão de investimentos em curso levando á sua reprogramação que á promoção de novos investimentos. É previsível a ocorrência de falta de resposta a concursos públicos, por falta de empresas disponíveis no mercado, mão de obra e até de materiais. -----

-----Por outro lado este clima de instabilidade de preços, os agentes económicos retraem a sua política de investimentos e a Administração Pública, ajusta-se no mesmo sentido. -----

-----Neste contexto e sempre respeitando as regras de equilíbrio orçamental por forma a garantir a contenção das despesas de funcionamento e a maior seletividade das despesas de investimento, o Orçamento de 2023 no valor de 11 milhões de euros, cresce 1,83% face a 2022 (10 998 mil euros) aumentando 201 mil euros em termos absolutos. A receita corrente de 7,1 milhões de euros é superior em 317 mil euros (poupança orçamental) à despesa corrente (6,8 milhões de euros) libertando meios para o financiamento de despesa de capital de 4,3 milhões de euros) cumprindo o princípio e regra do equilíbrio orçamental. -----

-----Chegados às “despesas correntes” e falando de “despesas com pessoal”: -----
Despesas correntes: em 2023: 6 862 558,00€, (100%); 2022: 5 688 787,00€ (100%); variação de 20,63%.
Despesas com pessoal: em 2023: 3 401 543,00€, (49,57%); em 2022: 2 663 013,00€, 46,81, variação de 27,73%. -----

-----Atenta a variação significativa registada na rubrica de “despesas com pessoal” face ao ano transato, importa clarificar o porquê de tal variação. -----

----Assim, tal se deve, desde logo, porque o Orçamento inicial previsto para 2023 contempla as despesas a suportar pela Autarquia no âmbito da assunção das competências no domínio da educação, saúde e ação social, cujo montante estimado se cifra aproximadamente em 410.000,00€, por sua vez, o Orçamento inicial de 2022 não contemplava as despesas com pessoal proveniente da assunção de competências nestes domínios. Apenas em fevereiro de 2022, com a aprovação do mapa de Fluxos de Caixa e DDROC-Demonstração do Desempenho Orçamental, via Revisão Orçamental, foram contempladas tais despesas. ---

----Considerando que a despesa prevista para 2022 no Orçamento inicial da Autarquia se cifrava em 2.663.013,00€ (sem competências), por analogia, e fazendo a mesma extrapolação das despesas com pessoal sem se considerar tais despesas, constata-se que tal valor ascende a 2.992.252,00€, assiste-se assim, a um aumento de 12,36% face ao ano de 2022. -----

Segue síntese: -----

2022- Despesa com pessoal- orçamento inicial – Educação – 0; Saúde 0; Ação Social 0; pessoal da CMPG - 2 663 013,00€, **total** 2 663 013,00€. -----

2023- Despesa com pessoal- orçamento inicial- Educação-324 506,00€; Saúde-60 785,00€; Ação Social 24 000,00€; pessoal da CMPG 2 992 252,00€, **total**-3 401 543,00€. -----

Variação 27,73%. -----

----Face ao exposto, importa assim justificar a variação/aumento de 12,36%, o que em termos nominais representa 329.239,00€. -----

----Deste valor, sensivelmente 240.000€ enquadra e suporta as medidas previstas no Acordo de Concertação Social de Melhoria de Rendimentos; Salários e Competitividade 2022-2026. Sendo que, para 2023, o Acordo assume o compromisso de um aumento de 7,8% do Salário Mínimo Nacional e de um referencial para o aumento médio de salários na Administração Pública. No que concerne a este último, o Governo avançou com a proposta de Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, que contempla uma programação plurianual de “Atualizações Salariais até 2026”, que inclui uma subida global média de 5,1% dos rendimentos dos “Trabalhadores em Funções Públicas já em 2023” e ainda a valorização das carreiras gerais de forma a assegurar o equilíbrio na diferenciação entre as carreiras. Em tal valor se contempla também a entrada dos 12 colaboradores que ingressaram os quadros da Autarquia em finais de 2022. Inerente a estes acréscimos, verificas-se na mesma ordem um aumento na rubrica associada a Encargos Sociais. -----

----Também o valor unitário do subsídio de refeição foi atualizado dos 4,77€ para 5,20€, representando um acréscimo de 17.500€ face ao período homologado transato. -----

----Considerando que em 2023, irá ocorrer a avaliação do Biénio 2021/2022 e respetivas progressões por força da avaliação do SIADAP 3, estima-se que irá custar aos cofres da Autarquia cerca de 31.000€. -----

----Constituem, portanto, medidas conducentes à mitigação dos efeitos da inflação no custo de vida e que impactam fortemente com a estrutura de gastos do Município obrigando uma gestão exaustiva e cuidada daqueles recursos. -----

----O Município mantém forte dependência do Estado, seja pela transferência de receita seja pelos fundos comunitários. -----

----Pese embora alguma recuperação económica, a mesma é insuficiente para a produção de receita fiscal própria IRS, IMT, IMI, IUC e Derrama, com impacto relevante nas contas do Município. -----

----Naturalmente num concelho onde a iniciativa privada é pujante a receita municipal de proveniência das atividades económicas torna o Município mais autónomo. -----

----Comparativamente a 2022 as despesas correntes aumentam 20,63% comparando com as despesas totais, as despesas de capital diminuem 18,32%. A receita de capital reflete o FEF capital, da lei 73/2013 e participações comunitárias superiores a 2 milhões de euros. -----

----A estratégia mantém-se, ou seja, criar, facilitar as condições para tornar o concelho mais atrativo para qualquer cidadão. Para os Pedrogueses independentemente da sua idade, e para todos os que nos procuram e que em muitos casos decidiram e decidem cá fixar-se. -----

----Aquelas condições criam-se com os estímulos corretos e assim pensamos que poderá fazer diferença atuar sobre: a natalidade, a melhoria da qualidade de vida da população proporcionando mais recursos para acesso a condições de saúde e complementando iniciativas de Instituições com vista a uma resposta

adequada às exigências sociais; a instalação de empresas e criação de postos de trabalho de uma forma genérica e com a disponibilização da ALE- área de localização empresarial; a marca Pedrógão Grande com a estação Náutica; EN2 permitindo potenciar e rentabilizar os recursos endógenos do concelho ao promover atividades económicas de Turismo todo o ano e eliminando a sazonalidade que a caracteriza atualmente; as coletividades locais reconhecendo o seu dinamismo e relevância social, cultural e desportiva; o Ordenamento do Território; a Reabilitação Urbana; novas ARU; revisão do PDM, POA e Plano de Pormenor; o Ordenamento da Floresta (AIGP); a Proteção Civil (condomínios de aldeia e aldeias seguras) e a segurança de pessoas e bens com reforço da colaboração com a AHBVPG; a habitação condigna implantação do programa 1º Direito.” -----

-----Prosseguiu referindo serem as prioridades para 2023: Investimentos de apoio ao turismo relacionados com a Estação Náutica, a EN2, as Aldeias do Xisto e o festival do Bucho recheado, Concessão da exploração do restaurante Lago verde; conclusão das obras de requalificação de infraestruturas destruídas pelas tempestades Elsa e Fabien; conclusão das obras do parque de Caravanismo da Graça; aquisição/cedência de terrenos para instalação de novo quartel da Guarda Nacional Republicana; Orçamento Participativo; Implementação dos Bairros Digitais, em que a candidatura passou à 2ª fase; Ordenamento Florestal (AIGP) a Proteção Civil (Condomínios da Aldeia e Aldeias Seguras) e a segurança de pessoas e bens com reforço da colaboração com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande. -----

-----As preocupações para 2023, passou a citar: melhoria da qualidade de vida da população proporcionando mais recursos para o acesso a melhores condições de saúde e complementando iniciativas de instituições com vista a uma resposta adequada às exigências sociais; revisão do PDM – Plano Diretor Municipal e criação de duas novas ARU- Área de Reabilitação Urbana; criação e uma comunidade de Energia renovável e autoconsumo coletivo; criação de um espaço de coworking; gestão da Albufeira do Cabril pelo Estado (Central Solar e eventual criação de túnel de transvase. -----

-----As obras mais importantes para 2023 a candidatar com abertura de avisos: reabilitação da antiga Escola C+S, reabilitação do edifício da Escola Miguel Leitão de Andrada; investimentos do programa do 1º Direito; Paragem do Viajante da EN2; requalificação da antiga ETA para Centro Náutico; passadiços do Zêzere e ponte suspensa e requalificação da Rua Dr. António Marques Pereira.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Dr. **José Miguel Barão**, referiu ser como sempre muito completo, bastante detalhado e com toda a informação necessária para se votar em consciência o demais são opções políticas do Executivo. Solicitou ainda algumas questões relativamente às GOP, há um projeto “Experimente a paisagem”, com dotação orçamental de setenta mil euros a que projeto se refere. O segundo nas “Responsabilidades de Contingente” uma coima na importância de quarenta e três mil euros aproximadamente, a que processo se refere. A terminar a sua intervenção felicitou o Executivo pelo apoio a conceder à Santa Casa da Misericórdia de vinte mil para setenta mil euros, que em sua opinião se justifica plenamente, tanto mais com as despesas que aquele suporta. -----

-----O membro da Assembleia Municipal, Drª **Maria Teresa Denis**, gostou da ideia e mesmo alguém que seja nómada que passe algum tempo no concelho, em relação à floresta disse haver 40 mil euros, no entanto referiu ser importante a literacia ambiental. Referiu as associações não saberem as orientações políticas, pelo que seria importante colmatar estas matérias. Questionou ainda do que se trata o seguro de saúde para a população e ainda o projeto de saúde da Nª. Senhora da Guia, pensar ser uma pareceria com o Município. -----

-----Mostrou a sua satisfação em relação á ativação da “Confraria do Bucho Recheado” pensar ser importante criar uma estratégia também para a comercialização do bucho. Deixou-a preocupada um apoio “tão grande” à “Estação Náutica” referindo não saber se se justifica. Em relação ao Natal considerou em sua opinião desfasado com o orçamento e ainda que deveria ter a ver com a “nossa identidade”. Em relação ao monumento do feirante, dissertou sobre a matéria, referindo que gostaria de ver carroceis antigos, emblemáticos até, no jardim da Devesa, pois seria a maneira de homenagear os “nossos feirantes”. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Eng.º **Luís Crespo**, “disse ser difícil analisar um documento como este, em tão curto espaço tempo e sobretudo enviado em cima da época natalícia. -----

-----Congratulou-se com a intenção de criar um espaço Coworking. -----
-----Verificou-se efetivamente um aumento com a despesa de pessoal. -----
-----Ainda estar previsto um valor reduzido para manutenção e requalificação de edifícios. -----
-----Proseguiu e referiu que o investimento Municipal relacionado com obras públicas, centrou-se ainda nas obras de reparação de intempéries Elsa e Fabien e sobretudo na zona da barragem, obras essas, que ainda totalizam cerca de um milhão e meio de euros. -----
-----Disse ainda o Sr. Vice-Presidente ter referido anteriormente que o processo de obras referentes às intempéries, estava moribundo quando o Executivo chegou. Porém em sua opinião disse que o Executivo tomou posse em outubro do ano passado e a 12 de novembro foi publicado o financiamento do Fundo de Emergência Municipal, tendo o contrato programa sido inclusivamente sido assinado por este Executivo em janeiro deste ano. Por estes fatos, considerou ainda que este Executivo recebeu o processo em andamento. -----
-----Na rúbrica “Infraestruturas afetadas pelas tempestades” o valor alocado para aquelas “Elsa e Fabien” questionou pois se é referente aos valores do contrato programa FEM ou inclui outras obras? -----
-----Considerou ainda que tendo em conta os tempos atuais, este orçamento não apresenta uma verdadeira política de ação social. -----
-----Disse ainda não concordar com a transferência ser igual para as três Juntas de Freguesia, pois que este valor deveria ser indexado à área e população a servir por freguesia. -----
-----Salientou que todos os Protocolos assinados com as Juntas de Freguesia deveriam ser públicos, incluindo também os mapas das competências das Juntas de Freguesia e/ou Câmara Municipal, relacionadas com as atividades a realizar, referindo como exemplo as limpezas de bermas de estrada. -----
-----A terminar referiu que o PDM mesmo que se conclua o procedimento em curso, continuará em revisão. Não vendo nessas intenções a necessidade da revisão da condicionante da Reserva Ecologia Nacional, que terá de estar concluída até 2024”. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Capitão**, na sua intervenção referiu que em relação ao orçamento considerou-o um documento completo, pelo que felicitou deste modo quem realiza este documento, ainda pela clareza do mesmo em particular a Dr^a Sandra Martins e a sua equipa. -----
-----Referiu ter apreciado os mapas das “Responsabilidades contingente” e que deveriam vir efetivamente às Assembleias Municipais. -----
-----Sem falar dos Orçamentos Participativos referiu que as Juntas de Freguesia têm que ser envolvidas, mas que para isso têm que ser convidadas, um executivo quando se debate com Recursos Humanos, dever delegar nas Juntas de Freguesia, centrando-se naquilo que é essencial ou seja a captação de investimento. Ou seja, delegar, transferir e colocar nas Juntas de Freguesia a fazer algum serviço pois considerou terem capacidade para o fazer, e ainda ter pena se assim não for. -----
-----Questionou do que se trata o seguro de saúde, e do cartão sénior. -----
-----Referiu-se à apresentação feita pelo Presidente, o que considerou ser bem conseguida. Pelo que percebeu falta a abertura de candidaturas, pelo que questionou se “temos esses projetos” prontos para quando da abertura dos aviso “nos podermos candidatar”. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr^a **Nélia Alves**, mencionou algumas notas, nomeadamente a dificuldade para analisar um documento com esta extensão e o curto espaço de tempo disponível para o efeito. -----
-----De seguida felicitou os técnicos pela elaboração do referido documento, que terá levado muitas horas de trabalho, considerando-o pois completo. -----
-----Considerou a necessidade de haver um contributo de todos, nomeadamente das Juntas de Freguesia. -----
-----Uma nota de preocupação relativamente ao aumento das despesas correntes, fruto do considerável aumento do quadro de pessoal e da dependência considerável que o Município tem em relação ao Estado. -----
-----Em relação às prioridades para 2023, disse que lhe apraz todas elas, desejando que o Executivo as consiga implementar. Referiu muitas estarem relacionadas com o turismo e relembrou que não seja descurada a parte empresarial, bem como o Regulamento que sustentará esta matéria. Considerando serem estas duas vertentes o “Futuro” de Pedrógão Grande, a fim de combater a desertificação acentuada. -----

----A terminar a sua intervenção felicitou ainda o Executivo, desejando que em 2023 sejam realizadas todas estas prioridades consideradas, para o progresso e desenvolvimento do concelho. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr^a **Margarida Guedes**, referiu que “a leitura breve do orçamento nos oferece os seguintes comentários: -----

----Além da enorme dependência das transferências do Estado não há outra receita relevante; -----

----No que concerne ao investimento - nada do que foi anteriormente proposto e que continua agora, não foi concretizado; turismo nulo, floresta nulo; atratividade-nulo. -----

----Prevê-se elevado investimento na “Estação Náutica” e afins. Questiono a validade do mesmo para o interesse e desenvolvimento concelhio, quando não há desenvolvimento e investimento proporcional na economia, emprego, alojamento, indústria, para potenciar e beneficiar desse pretendo investimento. -----

----A educação e o social ficam reduzidos a mínimos de pobreza e desprezo, como se não fosse esse o devido real investimento. -----

----Pobre de um Município que despreza a educação, pois não sabe o quão ela é importante para o futuro. Jovens, nada, a não ser o tal apoio á natalidade. Terceira idade e fragilidade social, não devem existir neste Município, pois deles não reza o Orçamento. -----

----Verificam-se grandes disparidades em rúbricas de show ooff, e muito menos em benefício e atratividade para residentes e qualidade de vida dos munícipes. -----

----Não se atribui valor e subsídio equivalente às diferentes Associações do concelho, parecendo que umas são mais importantes que outras, o que cria desequilíbrio e não apoio á sustentabilidade das mesmas e dos seus grupos laborais ou iniciativas culturais. -----

----Por outro lado, dá-se enorme peso á despesa com pessoal, 30% da despesa, não se refletindo essa quantidade em qualidade nas diferentes rúbricas do orçamento. -----

----Diríamos que este é um orçamento virado para dentro, sem rasgos de criar sustentabilidade e atratividade, sem uma estratégia de desenvolvimento concelhio. Resumo, mais despesa do que investimento. -----

----Em resumo, e porque este não é um orçamento que demonstre vontade de crescimento e estratégia delineada, a bancada do PS vota contra. -----

----Pessoal- Tem o mapa de pessoal atual 164 mais 23 fica com 187 pessoas do quadro, além das prestações de serviço que não estão aqui contabilizadas. -----

----Ora, num município com cerca 3800 habitantes, não se justifica esta grandiosidade de pessoal, a não ser por compromissos políticos o que não pode ser, sequer, pensável. Depois há ainda a referir que desses 187, 25 são técnicos superiores, sendo ainda que há setores como a ação social e saúde onde de 4 pessoas 3 são técnicos superiores, ou ainda em projetos e obras, mais aceitável, de 12, 4 são TS, com 4 chefias , 2 de 2^o grau e 2 de terceiro grau. Não restam dúvidas de que o mapa de pessoal mostra bem o tipo de caminho a seguir, pena que onde há mais habilitação literária há menos qualidade de serviço! Este mapa não traduz em qualidade ao utente a quantidade e qualidade exposta. -----

----Com um concelho empobrecido, envelhecido, desabitado, quase esquecido, manter o custo remuneratório deste mapa de pessoal, só pode conduzir a menos investimento, e em poucos anos a grave rutura financeira. Também não podemos mais uma vez deixar de referir que “quem com ferros mata, com ferros, morre”, pois, a bancada da maioria sempre criticou o excesso de pessoal, numa altura em que pouca havia e agora, aplaude. -----

----Pelas razões já enumeradas, a bancada do PS vota contra este mapa de pessoal. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, em colaboração com a vereadora Eng^a Dora Rodrigues, referiu que o projeto “Experimente a paisagem”, referido pelo Dr. José Miguel Barão é um projeto financiado por Fundos Europeus, pela “Europa Criativa”, serem efetivamente duas candidaturas, inclusivamente uma já estar aprovada. Disse ainda estarem envolvidos vários concelhos vizinhos, esta matéria estar relacionada com percursos pedestres, não tendo ainda o local definido e sermos o único concelho de leiria a integrar. -----

-----Em relação à segunda questão disse ter perdido uma ação e ser uma indemnização a pagar e ter a ver com a “Loja do Cidadão” e o espaço seria no Edifício Polivalente. -----

-----Explicou ainda ao Dr. Rui Capitão a Câmara Municipal não ter avançado com a obra, ser expetável a obra ter financiamento o que efetivamente não aconteceu. Ainda este processo ser do anterior Executivo. -----

-----A Técnica Superior Dr^a Sandra Martins, informou ainda que a Câmara Municipal ter chegado a adjudicar, mas em virtude de a AMA ter levantado uma série de questões, quanto ao projeto e inviabilização do mesmo, sendo necessário fazer uma alteração de fundo ao mesmo, ainda numa reunião de Câmara revogou a decisão de contratar e após a candidatura o empreiteiro terá lugar a ser indemnizado pela perda expetável. -----

-----Em relação ao espaço coworking ser para atrair investimentos digitais, apelativo, confortável entre outras. -----

-----Quanto aos carroceis considerou ser uma ideia interessante. -----

-----O Centro Náutico terá que avançar. -----

-----As tempestades Elsa e Fabien, serem matéria a tratar. -----

-----"Responsabilidades contingente" considerou ainda a transparência ser fundamental. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou á votação as propostas dos **Documentos Previsionais 2023- Grandes Opções do Plano 2023/2027, das Normas de Execução Orçamental para 2023 e da Emissão de Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais 2023**", tendo sido aprovadas por maioria com nove (09) votos a favor, cinco (5) votos contra e uma (1) abstenção, sendo que um (1) membro da Assembleia Municipal se encontrava ausente na altura da votação -----

-----Os trabalhos prosseguiram, pelo que de seguida foi: Deliberado **por unanimidade dos presentes a inclusão dos seguintes pontos na Ordem do Dia:** -----

4.10.- **“ANACOM- Implementação de redes públicas de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada nas “Áreas Brancas”** - conhecimento e tomada de posição. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, informou tratar este assunto da implementação de redes públicas de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada nas “Áreas Brancas”, o teor da comunicação remetida à ANACOM, identificação das áreas. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Ricardo Simões**, questionou se a rede Sirespe também seria beneficiada, e se o processo fora tratado com o pessoal da Autarquia. A resposta dada pelo sr. Presidente foi afirmativa, nomeadamente que a referida rede seria beneficiada, bem como a rede TDT e o processo fora tratado efetivamente com os funcionários da Autarquia. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Capitão**, referindo-se ao concurso internacional, questionou qual o fim daquele, se para instalação de novas operadoras e/ou novas antenas, pelo que ficou esclarecido ser efetivamente para beneficiação das antenas em questão, da área de toda a matéria em questão. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr^a **Mafalda Coelho**, referiu que no “seguimento da entrada em vigor da Lei nº16/2022, e, sendo esta a transposição da Diretiva 98/84/CE, que vem instituir o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas, constituindo este o pilar central da regulação no setor das comunicações eletrónicas. Sendo um dos principais aspetos que este novo diploma legal vem sublinhar é precisamente

garantir a implantação e o acesso a redes de capacidade muito elevada, regulando a atribuição e o acesso ao espectro, designadamente o acesso à rede 5G. -----

---Assim, e mantendo a legislação o quadro de competências atribuído à ANACOM (sendo esta a Entidade Reguladora Nacional), o que estará no centro deste debate será a delimitação das “áreas brancas” presentes no Município, áreas essas onde se verificaram uma insuficiência no acesso à rede. Sendo sobejamente e recorrente neste Assembleia apontadas as falhas e a própria falta de acesso à rede de telecomunicações, há que reivindicar, junto das autoridades reguladoras e junto do próprio Estado Central, a inclusão destas áreas ao mapa da ANACOM, procurando-se soluções de intervenção que já são reconhecidas legalmente e até no plano comunitário, sendo uma das principais bandeiras e objetivos da Comissão Europeia a igualdade no acesso às telecomunicações, fruto da necessária transição digital. É bem significativo as dificuldades no acesso à rede de comunicações eletrónicas, sendo estas enumeradas no email endereçado à ANACOM pelo Município e ainda no documento elaborado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil que retrata as Zonas-sombra, que dificultam e inviabilizam a rede SIRESP em algumas localidades e pontos do concelho.

---Pela importância para o quotidiano e segurança dos munícipes, é imperiosa uma tomada de posição por parte deste Órgão que sinalize e reivindique uma maior harmonia e coesão no acesso a serviços de comunicações eletrónicas. Há que alargar o espectro presente no mercado interno, procurando implantar redes de capacidade muito elevada, criando as condições ideais para captar mais investimento, promovendo uma maior interoperabilidade dos serviços de comunicações eletrónicas, colmatando-se as desigualdades no acesso aos mesmos. -----

-----Deliberação: Os membros da Assembleia Municipal tomaram conhecimento. -----

4.11.- “Tomada de posição do Município de Pedrógão Grande - Criação de Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, nos termos do artigo 35º, nº3 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro”. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, sobre a ULS de Leiria disse “ter chegado ao seu conhecimento que em reunião do Conselho Intermunicipal da CIM Região de Leiria, seria tratada a matéria da “criação de Unidade Local de Saúde da Região de Leiria”, ser uma mais valia para todo o distrito, uma vez que irá fornecer e disponibilizar um conjunto de serviços médicos, área na qual tem havido manifesta escassez de recursos e demais matéria explanada no meu despacho nº 49.P/2022”. -----

-----Deliberação: Após análise da documentação apresentada a **Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade**, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, consubstanciando a mesma, a tomada de posição do Município de Pedrógão Grande no que diz respeito à criação da Unidade Local de Saúde da Região de Leiria e que a seguir se transcreve: -----

----- “Tomada de Posição do Município de Pedrógão Grande em defesa do interesse dos seus munícipes face à sua inclusão na Unidade Local de Saúde da Região de Leiria: -----

- a) O Município de Pedrógão Grande apoia a criação da referida unidade, a qual considera ser uma mais-valia para todo o Distrito de Leiria; -----
- b) O Município de Pedrógão Grande reivindica melhores políticas de proximidade de saúde, para a prestação de melhores serviços de saúde à sua população; -----
- c) O Município de Pedrógão Grande não autoriza que o seu território seja inserido na área de influência da Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, continuando o Centro Hospitalar de Coimbra a ser o Hospital de referência da população residente no concelho de Pedrógão Grande; -----
- d) O Município de Pedrógão Grande não autoriza a sua inclusão no plano de negócios da futura Unidade Local de Saúde da Região de Leiria” -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl Garcia**, a título informal sugeriu informação sobre o “Cartão de Saúde”. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António Lopes**, e sobre o Seguro de Saúde disse ser do conhecimento geral a “saúde” estar com muitas restrições e para suprir essas necessidades, avançar-se com o referido seguro, para os munícipes residente exclusivamente no concelho, através da contratação de um “Cartão de Saúde”, pelo que passou a explanar a matéria, referindo as várias características, nomeadamente dar direito a um serviço médico de consultas ao domicílio.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl Garcia**, salientou haver duas questões diferentes, sendo a primeira o Executivo estar a contratar um “Cartão de Saúde”, outra ser contratar um “Seguro de Saúde”. Sendo o caso do primeiro, considerou estar o núcleo da população do concelho aqui em causa, pelo que deveria estar informada, e ainda em nome de Presidente, não pretende que saiam com ideias erradas. Apercebeu-se e por ser do seu conhecimento diário, que o Município está a contratar uma empresa que faz a gestão de uma Rede Médica Nacional e alguns médicos contratam com essa rede. Prosseguiu e esclareceu ainda que para as pessoas que são encaminhadas por aquela rede, pratica-se um preço mais favorável, no que seria o preço normal de tabela. O que vai acontecer é a Câmara Municipal ao estar a contratar com aquela gestora de rede, aquela depois disponibilizará aos habitantes de Pedrógão Grande o acesso a essa Rede Médica Nacional. Não ficando os munícipes a pagar nada se esse for o entendimento do Município em vez de ser cada um a pagar uma mensalidade para ter acesso aquele serviço, ou seja, a Câmara está a substituir-se a essas munícipes e paga por eles todos. Os 40 mil euros é efetivamente o pagamento de um serviço de gestão de rede, pagando os munícipes uma importância menor ao médico que tenha acordo com essa seguradora, só pagando os serviços que usarem. A terminar deu um conselho ao Executivo, no sentido de não prolongarem o prazo por mais de um ano. -----

5. Intervenção do Público. -----

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, referiu não haver intervenção do público. -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, referiu não haver mais intervenções, colocando a votação a aprovação da Ata da presente sessão, por minuta para efeitos imediatos, na sua globalidade e não ponto por ponto. Foi **aprovada por unanimidade** com zero (0) votos contra; zero (0) abstenções dezoito (15) votos a favor. -----

-----Seguidamente agradeceu a toda a equipa de apoio para a concretização da Assembleia Municipal, desejando votos de boas festas a todos, extensivos às famílias. Despedindo-se deu por terminados os trabalhos, às vinte e duas horas. -----

-----Foi lavrada a presente ata e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O primeiro-Secretário da Assembleia Municipal

O segundo-Secretário da Assembleia Municipal
